

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2021
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2021****MENSAGEM DO PRESIDENTE**

A NOVACAP, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração 2021, referente aos atos da gestão administrativa e a situação financeira e social da empresa no exercício findo de 2021.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, Lei 13.303/16 - Lei das Estatais e com as demais que a sucederam, em especial as que tratam do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

Assim sendo, a NOVACAP, mais uma vez, presta conta à sociedade por meio da publicação deste Relatório da Administração 2021, tendo como propósito disponibilizar, de forma fácil e concisa, informações sobre as principais realizações da Empresa.

O presente documento apresenta as atribuições da NOVACAP, sua estrutura institucional, os instrumentos que norteiam a gestão administrativa e os resultados das atividades e projetos realizados em 2021, assim como prospecções para 2022.

A NOVACAP busca a melhoria contínua dos seus processos e a garantia de altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade, certa de que ainda serão necessárias iniciativas de gestão para atender as demandas e expectativa de seus clientes em um ambiente de rápidas e constantes mudanças.

Ressalta-se que os resultados alcançados em 2021 decorreram do comprometimento e da competência do corpo técnico da Companhia, além da maior integração com seus parceiros, fornecedores e empregados.

A título de compromisso assumido pela empresa com a população, ressaltamos a celeridade na execução das obras e serviços, aliada à qualidade, que são aspectos fundamentais a serem observados pela Diretoria Executiva. A transformação digital torna-se uma busca contínua, assim como a transparência, os controles orçamentários, patrimoniais, financeiros, e o zelo na prestação de contas, condicionantes imprescindíveis à responsabilidade de gestores que atuem em empresas do setor público.

Agradecendo à sociedade, ao Governo, às Empresas e Instituições todo apoio recebido, expressamos nosso reconhecimento e gratidão a todos os empregados envolvidos, sem os quais não seria possível o atingimento dos números e realizações apresentados neste relatório.

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE

Diretor-Presidente

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, especialmente ao Art. 133 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP vem submeter à apreciação do Conselho de Administração desta Companhia o Relatório Anual de Administração, juntamente com os atos da gestão administrativa e a situação social da empresa, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

O Relatório de Administração é um dos principais instrumentos de transparência e prestação de contas da NOVACAP aos acionistas e partes relacionadas. O conteúdo abrange o período de janeiro a 31 de dezembro de 2021, ano marcado pela situação emergencial da saúde pública, de relevância mundial, decorrente da pandemia da Covid-19.

As informações fornecidas neste documento possibilitam o acompanhamento dos passos dados pela empresa para avançar no cumprimento de suas metas demonstrando assim sua solidez.

Aqui são apresentadas as informações relevantes, em especial aquelas direcionadas aos principais eventos administrativos, financeiros e técnicos, demonstrando o desempenho social, econômico e ambiental da Companhia, em complemento às peças contábeis contidas nos Programas Executados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, ao longo do exercício.

Apresentamos a estrutura de controle da NOVACAP, gestão de riscos, políticas e práticas de governança, trazendo uma avaliação do exercício, por meio de indicadores objetivos, tomando por base o desempenho obtido no ano anterior.

Este documento demonstra ainda, o alinhamento entre os objetivos e as condições constantes no Planejamento Estratégico 2022-2026, Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal, bem como a observância às diretrizes da Lei 13.303/2016, dentre outros normativos inerentes à prestação dos serviços.

Por fim, o relatório incorpora as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com o Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). 13.303/2016, dentre outros normativos inerentes à prestação dos serviços.

1. A NOVACAP

A gigante Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP surgiu em 19 de setembro de 1956, com a finalidade de gerenciar e coordenar a construção da nova capital, tendo sua presença impregnada e confundida com a história de Brasília.

Somos uma Empresa Pública do Governo do Distrito Federal, principal braço executor das obras de interesse do Estado, e sua vinculação é direta com a Secretaria de Obras. A Companhia atua em diversas áreas, desde a engenharia civil e ambiental, até a arquitetura e agronomia.

A Empresa opera na prestação de serviços de urbanização e infraestrutura, compreendendo atividades como gerenciamento e execução de obras e serviços de urbanização e construção civil, fiscalização de obras públicas de infraestrutura, bem como desenvolvimento de estudos e projetos.

A sua função social compreende o atendimento à população do Distrito Federal com vistas ao alcance do bem-estar coletivo, à alocação econômico-social eficiente dos seus recursos, à prestação dos serviços que constituem seu objeto, com respeito à sustentabilidade ambiental, à responsabilidade social corporativa, contribuindo para ampliar o desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira.

Atualmente, segue provendo grandes obras, mas zela também pelo verde e toda a infraestrutura urbana das 33 regiões administrativas. Temos uma cidade hoje com mais de 6 milhões de árvores dispostas. A NOVACAP zela por esse “recital” de ipês amarelos, brancos, rosas e roxos. Seus servidores coordenam e executam trabalhos de construção de edificações, pontes e monumentos, execução de galerias de águas pluviais, execução de pavimentação asfáltica, calçadas, meios fios, plantio e poda de grama, além de manter harmonicamente toda a área verde com suas árvores e jardins ornamentais.

Ao longo de sua existência a empresa vem buscando atuar com inovação, credibilidade, ética, transparência e imparcialidade, valorizando seus empregados e colaboradores, promovendo gestão dialogada, participativa e comprometida com a Companhia e a população.

2. ENFRENTANDO A PANDEMIA

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou a Covid-19 como uma pandemia. Em 19 de março, o Governo do Distrito Federal editou o Decreto nº 40.539, no qual estabeleceu as medidas para enfrentamento da situação de emergência na saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus, em especial medidas de isolamento social.

Diante deste novo cenário, a pandemia veio mudar a forma como as pessoas se relacionam hábitos, rotina, consumo e até o modo de trabalhar. As empresas precisaram se reinventar e a NOVACAP não ficou atrás, sendo impelida a inovar e melhorar seu modo de trabalho.

Ao longo de um ano marcado por desafios atípicos impactando a vida de milhões de pessoas e de diversas empresas ao redor do mundo, a NOVACAP foi mais que uma Companhia de grandes realizações que urbaniza e edifica todo o Distrito Federal.

Os desafios sem precedentes enfrentados evidenciaram que uma empresa com propósito é fundamental na contribuição de um mundo melhor. Aceitamos ser protagonistas de uma mudança cada vez maior em prol do fortalecimento da NOVACAP.

O compromisso assumido de inovar para transformar norteou este ano sem jamais perder o caráter humano, pois inovação é uma mentalidade que precisa se espalhar por toda Companhia. Em um ano árduo permeado por ecos de instabilidade em todo país, a NOVACAP passou por todas as adversidades sem perder o foco ampliando nossos compromissos com a sustentabilidade, avançando em indicadores ambientais e sociais e apoiando a luta contra os efeitos da pandemia na sociedade brasileira.

A preocupação com a saúde dos empregados e com a população do Distrito Federal também é um dos destaques do relatório. Trabalho, suor e muita integração fazem parte das inúmeras obras de urbanização e edificações destacando a atuação da NOVACAP. A Companhia realizou ações que impactam o cotidiano dos moradores da capital, tais como a construção de várias Unidades Básicas de Saúde - UBSs, levando mais qualidade de vida e segurança à população, pavimentação asfáltica, calçadas, ampliação de rede de drenagem, intervenções em podas de árvores, além de mais de 90 mil árvores plantadas e jardins ornamentais.

Importante destacar as inúmeras obras de edificações e urbanização garantindo a conservação da cidade e auxiliando na parte estratégica do desenvolvimento de Brasília, desempenhando um papel fundamental no governo.

O Governo do Distrito Federal, por meio do seu Plano Estratégico 2019-2060, conferiu à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, papel preponderante no desenvolvimento de políticas públicas de interesse social, principalmente nos aspectos relacionados ao meio ambiente, infraestrutura e urbanismo, bem como edificações públicas, uma vez que espera garantir à população melhores resultados, mediante a busca pela excelência, promovendo melhoria da qualidade de vida do cidadão.

A NOVACAP atua respeitando os princípios legais inerentes à responsabilidade ambiental, com atitudes voltadas para o desenvolvimento sustentável e manutenção dos ecossistemas equilibrados. As melhorias da qualidade de vida dos seus empregados e da população do Distrito Federal também estão inseridas em práticas administrativas, fazendo parte de uma agenda de negócios sustentáveis.

Por fim, no que se refere à esfera ambiental da Companhia, cabe destacar que a Divisão de Meio Ambiente assegura a viabilidade ambiental dos projetos e operações executados de forma a cumprir a legislação ambiental e colaborar com a manutenção de áreas verdes, preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, promovendo medidas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

O presente documento vem demonstrar que ao mesmo tempo em que conseguimos obter resultados econômicos positivos em um difícil ano de crise, oferecemos grande apoio à população, na entrega de inúmeras demandas, ampliando o nosso compromisso e reforçando a NOVACAP como uma casa de soluções.

3. GOVERNANÇA

A Governança Corporativa é um conjunto de boas práticas que as organizações devem seguir a fim de gerar mais transparência na gestão, harmonia e troca de informações entre as partes interessadas, como sócios, proprietários, gestores, órgãos de fiscalização e a sociedade.

Uma das características da Governança Corporativa é diminuir os conflitos de interesse na gestão da empresa em uma sociedade em que o novo perfil dos consumidores evidencia pessoas cada vez mais preocupadas com os valores que as empresa defendem.

Assim, se refere ao sistema pelo qual a organização é dirigida, monitorada e incentivada direcionando o caminho em que a empresa deve seguir visando alcançar os resultados esperados.

3.1 Retrospectiva

Em novembro de 2020 foram instituídos os trabalhos da Subsecretaria de Governança - SUBGOV, unidade subordinada à Secretaria Geral da Presidência e instância interna de apoio à governança, responsável por assessorar os Órgãos Colegiados e unidades gestoras da Companhia no que diz respeito à governança, conformidade e gestão de riscos.

Durante o ano de 2021, visando à implantação de melhores práticas de gestão pública, bem como conferir um maior alinhamento da Companhia à Lei das Estatais e legislação correlata, a Subsecretaria desenvolveu várias ações, como o intercâmbio com a Controladoria-Geral do Distrito Federal, visando orientação atinente à Lei das Estatais, a implantação de políticas, com vistas à melhoria da gestão, o mapeamento dos processos-chave da Companhia para implantação de Gestão de Riscos e Programa de Integridade, o mapeamento do fluxo de dados estratégicos, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o levantamento dos principais normativos, visando conformidade à legislação aplicável além da divulgação sistemática de documentos no sítio eletrônico da Empresa, segundo exigência da Lei de Acesso à Informação.

No desenvolvimento dos trabalhos, vale destacar a interação com a Subcontroladoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal que prestou consultoria à SUBGOV, entre os meses de fevereiro e agosto/2021, tendo como foco a Gestão de Riscos e o Programa de Integridade. Para consecução dessas atividades, destaca-se o comprometimento do Grupo de Monitores de Governança, como facilitador dos trabalhos Gestão de Riscos junto às Diretorias e Assessorias da Presidência.

No que diz respeito ao Programa de Integridade, vale registrar a atuação de equipe composta por representantes das seguintes áreas: Ouvidoria, Assessoria de Comunicação, Coordenação de Planejamento, Departamento de Compras, Departamento de Gestão de Pessoas, Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - CPPAD, e Comissão Permanente de Tomada de Contas Especiais - CPTCE.

3.2 Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos da Companhia tem como principal objetivo a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente seus objetivos estratégicos, em prol da geração e preservação de valor e do provimento de informações transparentes à sociedade brasileira e seus acionistas. O processo de gestão de riscos da NOVACAP é regido por uma política única e coordenado pela Presidência, o que avaliza a visão sistêmica os resultados e sua uniformização entre todas as áreas da Companhia. A orientação geral é dada pela Diretoria-Executiva e os resultados obtidos são enviados à apreciação daquela Diretoria, bem como do Conselho de Administração. Este último delibera, mensalmente, sobre as questões estratégicas referentes ao processo de gestão de riscos, tais como o grau de incerteza na execução de contratos, obras e projetos. E ainda, observância rigorosa das normas regulamentadoras de risco segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para fins de segurança e medicina do trabalho, com papel da Diretoria- Executiva no seu gerenciamento e na implantação de políticas que devem nortear todo processo.

Especialmente quanto à execução de contratos ligados às suas atividades, a empresa monitora processos, procedimentos e sistemas com vistas a mitigar os diversos riscos ligados à própria execução, aos ambientes de gestão, regulação supervisão e fiscalização. Há ainda, o rigor nas ações necessárias à obtenção das licenças ambientais prévias ao início das obras de urbanização e infraestrutura. De maneira a dar suporte ao processo de gestão de riscos, a Auditoria Interna apoia os gestores no desenho de controles e na elaboração e acompanhamento de planos de remediação para eventuais deficiências. A empresa submete, trimestralmente, as suas Demonstrações Financeiras a Auditores Independentes, com registro na Comissão de Valores Mobiliários, de forma a garantir a Integridade de seus registros contábeis e financeiros e a disseminação da cultura de conformidade com as leis e regulamentos que regem as atividades da empresa.

Além dos riscos contratuais, os demais riscos identificados são organizados em três aspectos principais, operacional, financeiro e de conformidade, sendo todos monitorados, e naqueles que se evidencia maior exposição com base nos resultados das análises de vulnerabilidade e impacto é feita uma avaliação mais frequente, elaborando-se recomendações e planos de ação.

Por meio da análise e do tratamento de questões relacionadas à conduta antiética, fraude e corrupção, a empresa auditora oferece o suporte necessário à diminuição dos riscos de conformidade, diante dos quais, a empresa se mostre mais exposta.

No que concerne à implantação de Metodologia de Gestão de Riscos, a título de projeto piloto, foi selecionado o processo-chave de Gerenciamento e Fiscalização de Contratos de Obras de Engenharia, o qual se tornou modelo para expansão para outros processos da Companhia, dentre os quais Sentenças Judiciais (Trabalhistas e Cíveis) e Procedimentos Licitatórios.

A partir disso, foi implantada a Metodologia de Gestão de Riscos, conforme a Norma ISO 31.000:2018

No que tange à execução de contratos, vale informar que a empresa monitora processos, procedimentos e sistemas com vistas a reduzir os diversos riscos ligados à própria execução, aos ambientes de gestão, regulação, supervisão e fiscalização. Desse modo, na elaboração dos termos de referência foi incluído a Matriz de Risco, particularizando as condutas temerárias conforme o objeto da contratação, o qual pode trazer riscos financeiros, tais como, acidentes de trabalho, ambientais, de integridade, de sigilo da informação, dentre outros.

Os termos de referência preveem o que cabe às partes, quanto a atenuação dos elementos do risco e incluem cláusulas protetivas, como por exemplo, a exigência de garantias financeiras por parte do contratado nas modalidades previstas legalmente, o estabelecimento de multas e penalidades em caso de descumprimento de cláusulas contratuais e de prática de condutas de risco, bem como assecuratórios da consecução do objeto e da conduta ética no desenvolvimento das atividades contratuais.

Há, ainda, o rigor nas ações necessárias à obtenção das licenças ambientais prévias ao início das obras de urbanização e infraestrutura.

Além das ações anteriormente mencionadas foi realizada revisão do Código de Ética e Conduta e elaborado normativos, tais como, a Política de Governança Institucional, a Revisão da Política de Gestão de Riscos e a Política de Divulgação das Informações e Porta-Vozes, sendo aprovados pela alta gestão.

Dentre as políticas supracitadas destaca-se a Política de Governança Organizacional, elemento estruturante do Sistema de Governança da NOVACAP– estruturas administrativas, processos de trabalho, instrumentos, fluxo de informações, além de comportamento das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

A Política de Governança Organizacional visa aplicação de melhores práticas de gestão pública, tendo como elemento central o Programa de Integridade.

O Programa de Integridade viabiliza a aplicação efetiva dos direcionadores estratégicos de governança, corroborando para que os empregados possam, efetivamente, aplicar boas práticas de gestão pública e produzir melhores resultados, impactando positivamente a imagem institucional, o que pode ser traduzido em sustentabilidade empresarial.

O Programa, além de conter o arcabouço institucional destinado à prevenção, detecção e punição de atos incompatíveis com o exercício do cargo ou função praticada no âmbito da NOVACAP, é composto pelos elementos Políticas Corporativas, Código de Ética, Conformidade, Transparência, Treinamento e Monitoramento.

Ainda em 2021, podem-se destacar as ações coordenadas pela especializada supra tais como, o Primeiro Encontro de Governança, com o tema Gestão de Riscos, voltado para os técnicos das Diretorias de Edificações e Urbanização, o Curso de Governança, Gestão de Riscos e Compliance, realizado pela Empresa CVI Cursos e Treinamentos Empresariais LTDA, tendo como público alvo os Conselheiros, Diretores, Equipe da Subsecretaria de Governança, Monitores de Governança e Gestores, bem como a criação de Comissão para implementação de ações para adequação da Empresa à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

3.3 Estrutura

A estrutura de Governança Corporativa da NOVACAP é composta pela Assembleia Geral dos Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Comitê de Elegibilidade, Unidade de Auditoria Interna e Subsecretaria de Governança, Risco e Conformidade.

A viabilização de ações voltadas para um modelo de governança corporativa perpassa pelas estruturas empresariais que viabilizam o funcionamento do sistema de governança. Nesse contexto, destacam-se as instâncias internas de governança e as instâncias internas de apoio à governança.

No ambiente da Companhia, as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade, sendo eles, a Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

As instâncias internas de apoio à governança são unidades administrativas, comitês e grupos de trabalho que auxiliam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, apoiando o monitoramento dos riscos e controles internos e zelando pela conformidade, quais sejam, Ouvidoria, Auditoria Interna, Secretária Geral, Subsecretaria de Governança, Comitê de Planejamento Estratégico e Grupo de Monitores de Governança.

Em atendimento ao art. 9º, inciso VI, § 2º da Lei das Estatais, em julho de 2021, o Conselho de Administração indicou o Diretor Financeiro como Diretor Estatutário responsável por liderar a Subsecretaria de Governança, unidade que trata diretamente com temas inerentes à conformidade, gestão de riscos e transparência.

A ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS é o órgão deliberativo máximo da Companhia composta pelos representantes dos acionistas, Governo do Distrito Federal (acionista controlador), e União, com poderes de decisão sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, sendo redigida pelas Leis nº 6.404/76 e nº 13.303/2016.

A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses subsequentes ao término de cada exercício social, para os fins previstos em Lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da empresa exigirem, observados os aspectos legais relativos às convocações e deliberações sobre todos os negócios, a qualquer tempo. Cumprir-se-á, na forma da lei, mediante convocação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos Acionistas.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO é um órgão de deliberação colegiada e a instância superior da administração da NOVACAP, com atribuições e responsabilidades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia. É composto por 11 (onze) membros efetivos, sendo um nato e, os demais, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de dois anos, permitida a reeleição.

O Colegiado tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, sobre os assuntos que envolvem os negócios da Companhia, especialmente planejamento estratégico, governança corporativa, gestão de riscos, gestão orçamentária e financeira, controle interno e conformidade, o que pode ser traduzido em sustentabilidade. A composição do Conselho de Administração observa tratamento equitativo dos acionistas de acordo com a proporção de sua participação no Capital Social, existindo previsão estatutária para decisões por Acordo de Acionistas que alterem a composição.

O CONSELHO FISCAL é responsável, principalmente, por fiscalizar a atuação dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários com a responsabilidade de analisar o balancete e as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia.

É um órgão de funcionamento permanente, composto por cinco membros e seus respectivos, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato até à subsequência da sua eleição, admitida a reeleição. A sua composição observará tratamento equitativo dos acionistas, de acordo com a proporção de sua participação no Capital Social, exceto por decisão contrária em Acordo de Acionista.

A DIRETORIA EXECUTIVA é um órgão estatutário composto pelo Diretor-Presidente e Diretores Financeiro, Administrativo, Jurídico, de Edificações e de Urbanização, todos eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de dois anos, permitida a reeleição. O Colegiado tem a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, de executar as estratégias de negócio e as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração, dentre outras.

A prática de REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS adotada pela NOVACAP tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da Companhia. A remuneração fixa do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o art. 152, da Lei nº 6.404/76.

Os objetivos e as práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os membros da Diretoria Executiva, considerando a responsabilidade, tempo dedicado à função, competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da NOVACAP, sendo que todos os membros da Diretoria Executiva são estatutários.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva em 2021, encontra-se disponível no sítio eletrônico: <http://www.transparencia.df.gov.br>.

4. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

O Prêmio ITA foi instituído pela Controladoria - Geral do Distrito Federal - CGDF visando mensurar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação - LAI. A aferição é realizada por meio do Índice de Transparência Ativa - ITA.

Segundo o controlador, o prêmio reconhece o esforço e dedicação dos órgãos em disponibilizar informações confiáveis e verídicas para a população, ressaltando que a transparência é o elemento que une o governo à sociedade, é uma forma de prestar contas. A missão da CGDF é orientar e apoiar os órgãos para que conquistem 100% de transparência ativa.

Com muito orgulho pontuamos que a NOVACAP recebeu por três anos consecutivos o Prêmio de Transparência Ativa, o qual está relacionado à divulgação de informações de interesse coletivo nos sites institucionais, demonstrando o nosso comprometimento com a sociedade com as inúmeras entregas efetuadas à população.

5. POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, previstas no inciso VII, do art. 8º, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, a Diretoria Colegiada da NOVACAP subscreve a Política de Transações com partes Relacionadas, a qual tem fundamento no inciso VII, do art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os Princípios da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia têm como alicerce os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, constantes da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, com os quais essa Política deve estar em consonância.

A NOVACAP deverá divulgar as Transações com Partes Relacionadas fornecendo detalhes suficientes para identificação das mesmas e de quaisquer condições essenciais ou não, estritamente comutativas e inerentes às transações em questão, permitindo, assim, aos acionistas da Empresa a possibilidade de fiscalizar e acompanhar os atos de gestão.

A divulgação destas informações será realizada, de forma clara e precisa, nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis da Empresa, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis.

A presente política foi elaborada nos termos da legislação em vigor e estabelece os procedimentos a serem observados quando da ocorrência de Transações com Partes Relacionadas, de modo a assegurar que as decisões envolvendo tais situações sejam sempre direcionadas com vistas ao interesse da Companhia, dos acionistas e da sociedade. Para fins desta política, entendem-se como acionistas da NOVACAP o Distrito Federal e a União Federal.

Esta política aplica-se aos membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal, empregados ocupantes dos cargos da Tabela de Empregos Permanente (TEP) e da Tabela de Empregos em Comissão (TEC), estagiários, jovens aprendizes, fornecedores e prestadores de serviço.

Para a atuação em um mercado tão importante como urbanização e edificações do Distrito Federal é necessário a qualquer prestador de serviço ter exata noção de quais as expectativas e necessidades das partes interessadas.

Neste contexto, apresentamos a seguir uma descrição sucinta das principais realizações efetuadas pela NOVACAP em 2021:

A DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES é responsável pela construção e reforma dos prédios e monumentos públicos do Distrito Federal, estando à frente de obras de grande repercussão, dentre elas a revitalização das primeiras das 96 tesourinhas, reforma da Galeria dos Estados, construção da Praça dos Estados, construção de UBSs distribuídas pelo Distrito Federal, manutenção dos elevadores e escadas rolantes da Rodoviária do Plano Piloto, revitalização da Torre de TV, recuperação e reforço estrutural dos viadutos da Via N2, reforma do Museu de Arte de Brasília - MAB, construção da Escola Porto Rico, em Santa Maria, e construção de diversas Quadras Poliesportivas, em meio a outras.

A Diretoria supra, um dos grandes braços da NOVACAP, é responsável ainda, pela elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, desenvolvendo as atividades por meio de obras diretas e indiretas, serviços esses executados exclusivamente em espaços públicos.

OBRAS RELEVANTES DO ANO 2021

Enumeramos a seguir a realização, no Ano 2021, das seguintes obras de edificações efetuadas pela NOVACAP:

Tabela 01: Ações realizadas em 2021 (Edificações)

OBJETO	VALOR	STATUS
Reforma e ampliação do Museu de Arte de Brasília - MAB	R\$ 9.148.243,76	Concluída
Recuperação Estrutural e Revitalização dos Viadutos Eixos Rodoviários W e L e no Eixo Rodoviário - DF 002 - Asa Norte	R\$ 4.460.636,94	Concluída
Execução de Recuperação Estrutural e Revitalização dos Viadutos Eixos Rodoviários W e L e no Eixo Rodoviário - DF 002 - Asa Sul	R\$ 3.382.888,95	Concluída
Execução de Recuperação, Reforço Estrutural e Revitalização dos Viadutos Eixo Rodoviário Leste - ERL e no Eixo Rodoviário Oeste - ERW e VIA N2	R\$ 7.004.951,26	Concluída
Recuperação das juntas de dilatação da Ponte JK	R\$ 468.378,54	Concluída
Recuperação/Revitalização dos Viadutos das Vias ERWS e ERLS - Galeria dos Estados	R\$ 5.360.249,44	Concluída
Construção da 1ª Etapa do Centro de Triagem de Coleta Seletiva - Pátio Ferroviário	R\$ 8.975.344,79	Concluída
Execução de Bases Descentralizadas móveis para o SAMU – UBS 01 – Taguatinga	R\$ 342.000,00	Concluída
Construção da Unidade Básica de Saúde UBS no Vale do Amanhecer – Planaltina	R\$ 3.106.000,00	Concluída
Construção da UBS – Ceilândia	R\$ 2.965.500,00	Concluída
Construção da UBS Jardins Mangueiral	R\$ 2.976.187,97	Concluída
Construção da UBS Paranoá Parque	R\$ 3.172.861,51	Concluída
Execução de Bases Descentralizadas móveis para o SAMU – Samambaia	R\$ 342.000,00	Concluída
Construção da UBS – Vila Buritizinho – Sobradinho II	R\$ 2.599.000,00	Concluída
Locação e Montagem de Estrutura para Hospital de Campanha Autódromo Internacional de Brasília	R\$ 6.597.500,00	Concluída
Locação e Montagem de Estrutura para Hospital de Campanha – Gama	R\$ 6.875.000,00	Concluída
Locação e Montagem de Estrutura para Hospital de Campanha – Ceilândia	R\$ 6.597.500,00	Concluída
Construção da UBS em Samambaia	R\$ 2.325.319,49	Concluída

Construção da UBS no Recanto das Emas	R\$ 2.605.992,18	Concluída
Construção da Unidade de Atenção especializada em Saúde- Hospital Oncológico de Brasília	R\$20.505.695,48	Andamento
Execução dos serviços de reativação das fontes da Praça do Buriti	R\$ 2.089.193,65	Andamento
Recuperação, reforço estrutural e revitalização da Ponte Costa e Silva	R\$13.594.231,88	Andamento
Execução dos serviços de revitalização do Parque localizado na EQS 112/113	R\$ 1.958.000,00	Andamento
Construção da Escola Classe do Recanto das Emas	R\$ 9.918.999,82	Andamento
Construção da Escola Classe 425 da Quadra 203 no Itapoã	R\$ 8.389.197,25	Andamento
Reforma com ampliação da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante	R\$ 8.023.000,00	Andamento
Contratos de Manutenção nos sistemas de climatização em diversas Unidades de Saúde SES/DF	R\$ 4.700.000,00	Andamento
Contratos de Execução de serviços contínuos de 18 elevadores elétricos de frequência variável -VVVF - em diversas UBS no Distrito Federal	R\$ 1.194.076,79	Andamento

OBRAS EM ANDAMENTOS / CONCLUÍDAS – 2021

Tabela 02: Obras concluídas (Edificações Públicas)

DESCRIÇÃO	VALOR
Conclusão da obra do Novo Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal	R\$ 12.290.506,90
Obra de correção de Patologias Construtivas situadas no Ed. Sede da PRF	R\$ 97.973,40
Construção do Hospital Oncológico de Brasília	R\$ 20.505.695,48
Reativação das fontes da Praça Municipal na Praça do Buriti	R\$ 2.089.193,65
Montagem do Hospital de Campanha no Autódromo Internacional de Brasília	R\$ 6.597.500,00
Obra da Ponte Costa e Silva	R\$13.594.231,88
Reforma da impermeabilização do Terminal Rodoviário do Plano Piloto	R\$ 1.207.000,00
Revitalização do Parque localizado na EQS 112/113 Sul	R\$ 1.958.000,00
Execução da obra de ampliação do complexo Sede Nacional da PRF III	R\$ 260.832,32
Execução da Obra de Urbanização da Área Pública Praia Norte	R\$ 9.969.235,01
Recuperação Estrutural da Passarela de Pedestres do CONIC	R\$ 362.162,17
Montagem de estrutura para Hospital de Campanha do Gama	R\$ 6.875.000,00
Execução de Bases Descentralizadas móveis para o SAMU em Taguatinga	R\$ 42.000,00
Revitalização do Balneário Veredinha em Brazlândia	R\$ 7.688.886,54
Construção da UBS Vale do Amanhecer – Planaltina	R\$ 3.106.000,00
Construção da Unidade Básica de Saúde UBS em Ceilândia	R\$ 2.965.500,00
Montagem de Hospital de Campanha na Ceilândia	R\$ 6.597.500,00
Construção da Unidade Básica de Saúde do UBS Paranoá Parque	R\$ 3.172.861,51
Reforma com ampliação da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante	R\$ 8.023.000,00

DIRETORIA DE URBANIZAÇÃO

Desde o início de Brasília, a construção e manutenção da cidade são responsabilidades exclusiva da NOVACAP. As primeiras obras de infraestrutura urbana caracterizavam-se pela abertura, compactação e encascalhamento das vias projetadas e pela demarcação dos lotes. A implementação da proposta urbanística para as cidades e as estratégias de ocupação territorial, que concentravam ações e investimentos em infraestrutura, têm a participação da Companhia, que administra os serviços por meio dos Departamentos de Infraestrutura Urbana e de Parques e Jardins, unidades vinculadas à Diretoria de Urbanização.

A Diretoria mencionada é responsável pela execução de pavimentação asfáltica, execução de galeria de águas pluviais, calçadas, meios fios, plantio e poda de grama, além da manutenção de toda área verde do Distrito Federal. O trabalho da Companhia é diário, principalmente na parceria com os polos do GDF Presente. As atividades finalísticas desenvolvidas no âmbito dessa especializada são executadas por meio de mão de obra direta e indireta.

Tabela 03: Obras e serviços de infraestrutura urbana

SERVIÇOS	SITUAÇÃO
Implantação de Drenagem Pluvial – Ql 14 Lago Sul	Contratado
Pavimentação Asfáltica, Ciclovias e Drenagem Pluvial – Recanto das Emas	Contratado
Pavimentação Asfáltica/Drenagem Pluvial - Córrego Arrozal	Contratado
Pavimentação Asfáltica/Drenagem Pluvial - São Sebastião	A licitar
Pavimentação Asfáltica - Rua Nacional São Sebastião	Elaboração
Execução de estacionamento – QRSW 5/8	Licitado
Pavimentação Asfáltica/Drenagem Pluvial – Jardim Botânico	Licitado
Execução de campo sintético - EQNN 08/10	Contratado
Execução de campo sintético – Q 409 Santa Maria	Contratado
Rota turística - Vila Planalto	A licitar
Implantação de Drenagem Pluvial Drenagem – QL 28 Lago Sul	Elaboração
Pavimentação Asfáltica/Drenagem Pluvial - Anel Viário Estrutural	Contratado
Execução do Campo Sintético - Estrutural	Em análise
Pavimentação Asfáltica - São Sebastião	A licitar
Execução de rota acessível – Feira do Guará	Elaboração
Execução do Campo Sintético - Q 509 Recanto das Emas	Licitado

Execução de estacionamento - Embaixada República Dominicana	Elaboração
Execução de Revitalização e Paisagismo - Praça CNN 02 Ceilândia	Licitado
Duplicação avenida N3 - Riacho Fundo	Elaboração
Implantação de Drenagem Pluvial - BR 060	Elaboração
Combate a erosão Chácara 35 - Amiqueiras	A licitar
Revitalização - Cruzeiro Center	Elaboração
Recuperação e Adequação das Bacias - Recanto das Emas	Elaboração

OBRAS RELEVANTES DE 2019 A 2021

Tabela 04: Obras e serviços de infraestrutura urbana

OBRA	VALOR DESON – R\$
Pavimentação Asfáltica – Vicente Pires	R\$ 3.392.168,64
Pavimentação Asfáltica – Noroeste	R\$ 3.292.648,06
Fresagem e Recuperação Asfáltica – Tesourinhas	R\$ 2.181.195,57
Pavimentação Asfáltica – Rodovia DF 440	R\$ 2.056.522,04
Recapeamento Asfáltico – Lago Norte	R\$ 1.642.653,61
Base e Capa Asfáltica – Lago Sul	R\$ 1.446.811,58
Pavimentação Asfáltica – Vicente Pires	R\$ 1.409.551,23
Execução de ciclovia – Itapoã	R\$ 1.291.761,81
Recapeamento Asfáltico – Lago Sul	R\$ 1.254.179,89
Execução de 04 bacias – Samambaia	R\$ 1.229.779,64
Recuperação Asfáltica – Park Way	R\$ 1.147.015,72
Execução de Capa asfáltica – Eixão Sul	R\$ 1.105.089,94
Pavimentação Asfáltica – EPTG	R\$ 1.083.461,68
Pavimentação Asfáltica – Pátio da PMDF	R\$ 1.059.889,15
Recapeamento Asfáltico – Mansões Dom Bosco	R\$ 1.003.023,13
Pavimentação Asfáltica – Planaltina	R\$ 989.206,24
Fresagem e Pavimentação Asfáltica – Samambaia	R\$ 937.660,58
Fresagem e Recapeamento Asfáltico – Lago Sul	R\$ 917.525,49
Complementação de pista de ciclovia – Parque Burle Marx	R\$ 899.358,02
Recuperação Asfáltica – Gama	R\$ 833.341,54
Pavimentação Asfáltica – Sol Nascente	R\$ 814.202,87
Pavimentação Asfáltica – Brazlândia	R\$ 800.700,55
Pavimentação Asfáltica – Águas Claras	R\$ 790.206,18
Recapeamento Asfáltico – Taguatinga	R\$ 764.691,79
Recapeamento Asfáltico – Taguatinga	R\$ 758.859,69
Pavimentação Asfáltica – Rua do Padre	R\$ 752.238,83
Pavimentação Asfáltica – Itapoã	R\$ 732.811,73
Recapeamento Asfáltico – Guará II	R\$ 729.520,22
Recapeamento Asfáltico Funcional – Varjão	R\$ 726.557,16
Recuperação Asfáltica – Lago Sul	R\$ 712.221,84
Pavimentação Asfáltica – Sede da Justiça da Infância e Juventude	R\$ 710.252,91
Execução de Duplicação de Via – Setor Hípico	R\$ 703.319,16
Pavimentação Asfáltica – Estrutural	R\$ 682.610,02
Pavimentação Asfáltica – Lago Sul	R\$ 666.868,87
Pavimentação Asfáltica – Ceilândia	R\$ 655.604,93
Recapeamento Asfáltico – W3 Norte	R\$ 648.660,98
Recapeamento Asfáltico – Setor Leste	R\$ 647.356,07
Recapeamento Funcional – Núcleo Bandeirante	R\$ 637.108,40
Pavimentação asfáltica – Jardim Botânico	R\$ 588.361,08
Recapeamento Asfáltico – Lago Norte	R\$ 542.623,84
Desvio do Leito – Chácara Nossa Senhora de Fátima	R\$ 535.721,76
Recapeamento Asfáltico – BR 020	R\$ 534.382,05
Recapeamento Asfáltico – Lago Sul	R\$ 522.595,55
Contenção de processo erosivo – Núcleo Bandeirante	R\$ 438.659,00
Recapeamento Asfáltico – Gama	R\$ 421.439,15
Pavimentação Asfáltica – Setor de Comércio e Serviço	R\$ 406.852,49
Recapeamento Asfáltico – W3 Sul	R\$ 361.958,46
Execução de Estacionamento – São Sebastião	R\$ 295.670,54
Pavimentação Asfáltica – Avenida Comercial	R\$ 273.760,95
Pavimentação Asfáltica – Sol Nascente	R\$ 254.950,31
Pavimentação Asfáltica – Asa Sul	R\$ 223.214,01
Pavimentação Asfáltica – Sol Nascente	R\$ 211.378,74
Pavimentação Asfáltica – Santa Maria	R\$ 207.995,81

Quanto ao DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS-DPJ, unidade da Diretoria de Urbanização, no que concerne a áreas verdes, esclarecemos que a NOVACAP por meio do departamento supracitado, é responsável pela produção de espécies nativas do cerrado, tais como ipês-amarelos, roxos e brancos, quaresmeiras, sucupiras, aroeiras, copaíbas, importantes por fazerem parte do ecossistema primitivo ou Bioma do Cerrado.

Essa produção é resultado de pesquisas desenvolvidas dentro dos Viveiros do DPJ, onde são realizadas pesquisas agrônomicas e experimentações de novas espécies de árvores e flores que se adaptem às condições climáticas e de solo do Distrito Federal.

Brasília possui árvores de espécies tão variadas quanto às das florestas tropicais. Isto se deve aos Programas de Arborização, iniciados logo após a construção da Capital, quando foram plantadas várias espécies exóticas originárias de outras localidades do país e do exterior. No entanto, nem todas se adaptaram ao clima e ao solo. Estas foram sendo erradicadas aos poucos e substituídas, ao longo dos anos, pelas espécies mais adequadas à região. Hoje, a variedade de espécies é ainda maior, o que contribui para a beleza e exuberância da nossa Capital.

OBRAS PREVISTAS PARA 2022

Tabela 05: Obras com licitações previstas para publicação em 2022

SSUNTO	PROJETO	VALOR ESTIMADO
Creches	Creche QNP 11 Ceilândia (3ª etapa) – FNDE	R\$ 6.264.128,17
	Creche EQ 215/315 Santa Maria (3ª etapa) – FNDE	R\$ 6.196.128,17
	Creche QNJ Taguatinga - FNDE	R\$ 5.892.805,60
	Creche EQNL 9/11 Taguatinga - FNDE	R\$ 5.650.396,43
	Creche EQ 17/19 Guará (2ª etapa) - FNDE	R\$ 6.071.102,14
	Creche QNO 18 Ceilândia - FNDE	R\$ 6.614.128,17
	Colônia agrícola São José - EMATER	R\$ 821.603,36
Sedes Administrações Regionais	Elaboração de projeto para RA São Sebastião	R\$ 205.000,00
	Elaboração de projeto para RA Arniqueira	
	Elaboração de projeto para RA Vicente Pires	
	Elaboração de projeto para RA do SCIA	
	Elaboração de projeto para RA do Varjão	
Feiras	Elaboração de projeto de Construção da Feira Permanente do Recanto das Emas	R\$ 386.000,00
	Instalação da rede subterrânea de energia elétrica dos quiosques do Setor Hospitalar Local Sul – SHLS	R\$ 364.939,28
Hospitais	Aquisição de 1 elevador para o Hospital Regional de Ceilândia	R\$ 228.604,50
	Reforma e ampliação do Hospital Regional	R\$ 12.000.000,00
Obras de Arte Especiais	Recuperação e revitalização dos viadutos das tesourinhas	R\$ 6.264.186,31
	Início do Acompanhamento Técnico da Obra da Ponte JK	R\$ 7.857.700,52
	Recuperação estrutural e revitalização dos viadutos 10 e 11	R\$ 13.168.687,66
Manutenção	Manutenção do climatização do HRT- Hospital Regional de Taguatinga	R\$ 1.182.716,57
	Manutenção de 8 elevadores de hospitais: Samambaia, Gama, Ceilândia e Unidade Mista de Saúde de Taguatinga	R\$ 581.290,21
	Manutenção do climatização no Hospital Regional da Ceilândia - HRC	R\$ 786.352,34
	Manutenção dos elevadores da Biblioteca Nacional e do Museu da República	R\$ 250.000,00
Rodoviária	Manutenção predial da Rodoviária do Plano Piloto	R\$ 2.347.939,35
Escolas	Reconstrução da Quadra Esportiva, na Escola Classe 62	R\$ 1.626.594,29
Espaços Públicos	Ata de registro de preços de equipamentos de parquinhos infantis	R\$ 10.160.021,65
	Ata de registro de preços de equipamentos de PEC's	R\$ 24.694.172,50
	Ata de registro de preços de base para implantação de parquinhos	R\$ 600.000,00
	Ata de registro de preços de base para implantação de PEC's	R\$ 727.290,58
	Construção de nova Pista de Skate	R\$ 680.560,86
Espaços Culturais	Reforma do teatro nacional	R\$ 33.000.000,00
	Ponte Alta do Gama (Tipo I)	R\$ 6.000.000,00
	Elaboração de projeto da UBS Vicente Pires (Tipo III)	R\$ 182.000,00
	Estrutural (Tipo II)	R\$ 11.000.000,00
	Setor Hab.Arniqueira (SHA) Conj. 04, área especial 01 (Tipo II)	R\$ 11.000.000,00
UBS	Chapadinha - Brazlândia (Tipo I)	R\$ 6.000.000,00
	INCRA 8 - Brazlândia (Tipo II)	R\$ 11.000.000,00
	Santa Maria (Tipo II)	R\$ 11.000.000,00

COMPROMISSO PARA 2022

Para o ano de 2022, a NOVACAP tem prevista a agenda apresentada a seguir, contemplando a execução de cerca de 500 obras, destacando a existência de 109 processos licitatórios de contratação de obras em andamento e 40 processos já licitados aguardando análises técnicas.

Tabela 06: Ações realizadas em 2021 (Edificações)

ASSUNTO	PROJETO	VALOR ESTIMADO
Restaurante Comunitário	Reforma do Restaurante Comunitário Arnieiras -Areal	R\$ 4.974.259,44
	Construção do Restaurante Comunitário do Sol Nascente	R\$ 4.779.356,59
UBS	Reforma - UBS 07 Gama	R\$ 6.694.451,06
Creches	CEPI Creche Telebrasília (1ª etapa) - FNDE	R\$ 4.807.580,15
	CEPI Creche Gama DVO - FNDE	R\$ 3.747.268,10
	CEPI Creche CL 201 - FNDE	R\$ 4.218.278,13
	CEPI Creche Quadra 112 - FNDE	R\$ 4.860.190,27
	Creche Quadra 217 Samambaia (2ª etapa)	R\$ 5.754.173,38
	Jardim II - EMATER	R\$ 441.122,17
Feiras	Conclusão das obras de reforma das instalações elétricas de baixa tensão da Feira da Guariroba	R\$ 145.392,76
Hospitais	Construção do Bloco Auxiliar do Hospital Regional de Planaltina - HRPL	R\$ 20.627.809,19
	Reforma e modernização da subestação do Hospital Regional de Brazlândia - HRBZ	R\$ 1.395.231,41
Elevadores	Manutenção de 7 elevadores no anexo do Buriti e 1 plataforma elevatória na Escola de Governo	R\$ 116.828,43
Edificações Públicas	Construção da nova subestação do DataCenter Corporativo do GDF	R\$ 928.800,00
Diversos	Contratação de serviços de sondagem e topografia	R\$ 808.806,15
Obras de Arte Especiais	Revitalização da Ponte JK	R\$ 44.761.039,82
Espaços públicos	Reforma e ampliação do skate park do Gama	R\$ 532.625,87

5.1 Força de Trabalho

Vale pontuar que a NOVACAP alcança índices de excelência no que concerne aos serviços prestados à população do Distrito Federal. Tal desempenho somente é possível porque a Companhia conta com empregados de valorosa capacidade técnica empenhados na melhoria contínua da prestação dos serviços.

Atualmente, são por volta de 1.500 colaboradores, entre empregados, dirigentes, empregados comissionados e requisitados, estagiários e menores aprendizes.

A gestão de pessoas está ligada a diversas práticas a serem aplicadas na Companhia para o seu funcionamento, cuidando dos seus colaboradores e garantindo o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Essa prática não é apenas sobre as atingir as metas estabelecidas, mas também sobre garantir a qualidade de vida dos funcionários para que eles estejam satisfeitos em seus cargos.

A força de trabalho da NOVACAP representa as capacidades físicas e outras a desenvolver pelos empregados da Companhia nos diversos processos de trabalho. Estes indivíduos, agentes dos processos de trabalho, são dotados de capacidades técnicas e de métodos que lhes permitem operar as ferramentas e os equipamentos.

Neste contexto, apresentamos a Força de Trabalho da NOVACAP:

Força de Trabalho 2021	Total
Servidor do Quadro da Unidade	1300
Requisitado de Orgão/Entidade do GDF	5
Sem Vínculo com o GDF	194
Cedidos	1525
Estagiários	129
Total Geral	3153

A NOVACAP conta com medidas organizacionais que buscam o reconhecimento, a capacitação e o estímulo ao aprimoramento, visando construir num ambiente de trabalho em que estejam presentes a harmonia, a satisfação e o sentimento de pertencimento. O Planejamento Estratégico da Companhia foi estruturado em objetivos estratégicos tais como, aprimorar a gestão de pessoas, assegurando a qualidade de vida, focar em pessoas, desenvolver competência e meritocracia, qualidade para os colaboradores, recursos corporativos e tecnológicos. Neste sentido, foram estabelecidas ações para possibilitar o desenvolvimento contínuo dos trabalhadores, a gestão de carreira, além de proporcionar ao empregado a visão sistêmica da empresa, a segurança e a qualidade de vida no trabalho.

No que se refere à saúde dos empregados, a NOVACAP desenvolveu campanhas de integração organizacional, tais como testagem para detecção de Covid-19, jornada de saúde mental, palestras para a vida mais leve, programa saúde da mulher (Outubro Rosa), programa saúde do homem (Novembro Azul), conscientização e orientação sobre vários assuntos, dentre outros.

5.2 Programa de Desligamento Voluntário

A Lei 9.468, de 10 de julho de 1997, instituiu, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, do servidor público civil, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da Administração e auxiliar no equilíbrio das contas públicas.

O plano supramencionado é uma proposta do empregador ao empregado que tem como objetivo incentivar a demissão voluntária para redução do quadro de funcionários de uma empresa e que, geralmente, conta com a participação do sindicato da categoria no processo de adesão. A partir do plano ofertado, o trabalhador pode ou não aderir ao PDV.

O PDV ofereceu oportunidade de desligamento voluntário aos empregados da NOVACAP em rescisão negociada em comum acordo entre as partes, e com incentivos financeiros. Pontua-se como objetivos do Programa, modernizar o quadro de empregados, revitalizar a força de trabalho e otimizar o equilíbrio financeiro da Companhia. Teve como público alvo 1.337 empregados, com adesão de 486 (quatrocentos e oitenta e seis).

5.3 Política de Sucessão

A Política de Sucessão de Administradores estabelece responsabilidades, ambiência e define procedimentos para sua execução visando garantir a administração estratégica e a continuidade de negócio.

Após o encerramento do Plano de Demissão Voluntária, a NOVACAP almeja realizar estudos para verificar a necessidade de realização de concurso público, a fim de suprir as lacunas deixadas pelos empregados que aderiram ao referido Plano.

5.4 Treinamento e Capacitação

A pretensão da Companhia é implantar o Plano de Capacitação por Competências para seus empregados. Atualmente, a capacitação é atendida mediante demanda das unidades, por meio de processo via SEI. O objetivo do plano mencionado é promover mudanças de atitudes, desenvolvimento das pessoas, adaptação à modernização da estrutura, desfrute da competência humana, ou seja, maximizar o desempenho profissional, contribuindo para o alcance das metas organizacionais. Pretende-se, com isso, criar um processo cíclico, buscando continuamente repassar e reciclar conhecimentos, atitudes e habilidades diretamente ligadas a tarefa ou otimização do trabalho. A finalidade é fazer com que desenvolvam qualidades nos recursos humanos, habilitando-os a serem mais produtivos para melhor contribuir para o alcance da missão, visão e valores da empresa.

Em atendimento à Lei nº 13.303/2016, os administradores da empresa realizaram treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades da empresa. A Companhia realiza treinamentos visando adequar o empregado à cultura da empresa, acarretando mudanças de atitudes, desenvolvimento de pessoas, adaptação à modernização da estrutura, desfrute da competência humana, maximizando o desempenho profissional e contribuindo para o alcance das intenções organizacionais.

5.5 eSocial

A NOVACAP é usuária do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, sob a gestão da SUGEP/SEEC, o que a impossibilita de promover, diretamente, adequações ao referido sistema para a sua inserção no eSocial, dependendo, portanto, de ações do GDF para tal procedimento.

Vale ressaltar que a Portaria de Nº 1.419, de 23 de dezembro de 2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia – SEPT/ME, dispôs novo Cronograma de Implantação do eSocial, fazendo constar no seu Art. 2º, inciso V, o 5º grupo, que compreende os entes públicos de âmbito Estadual e do Distrito Federal, referidos no Grupo 1 – Administração Pública do Anexo V da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - IN RFB, Nº 1.863, de 2018, com data prevista para início da 1ª fase de implantação em abril de 2021.

No entanto, no nosso entendimento, smj, a NOVACAP pertence ao “Grupo 2 – Entidades Empresariais” do Anexo V da referida IN RFB pela sua Natureza Jurídica de Empresa Pública. Porém, resta saber qual o entendimento e tratamento que está sendo dispensado pelo GDF, ou seja, se a Companhia está inserida no “Grupo 1 – Administração Pública” ou no “Grupo 2 – Entidades Empresariais” do citado Anexo, para um melhor posicionamento, diante do novo Cronograma de Faseamento (45904663), definido com base na Portaria Nº 1.419, da SEPT-ME.

Contudo, observamos que o GDF instituiu o Decreto de Nº 39.588, de 28 de dezembro de 2018, estabelecendo o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – SIGEPE-DF em substituição ao atual Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, porém, em fase de migração. Assim sendo, entendemos que o novo Sistema – SIGEPE-DF trará, dentre outros benefícios, a adequação ao eSocial, restando à NOVACAP atender em tempo hábil às orientações que deverão ser emanadas pela Secretaria de Economia do Governo do Distrito Federal.

O Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um ambiente nacional. Como nova forma de registros dos eventos relevantes ocorridos na relação de trabalho, todos os empregadores terão de se adequar à nova obrigação. O e-Social propicia aos órgãos do governo o acesso às informações, antes espalhadas em diversas entidades.

Importante frisar que, na condição de Estatal Dependente dos cofres do Governo do Distrito Federal, a NOVACAP gera sua folha de pagamentos por meio do Sistema Único de Gestão e Recursos Humanos – SIGRH – sistema esse sob gestão da SEEC/SEPLAN/SUTIC. Isso significa dizer que a NOVACAP não tem autonomia para a parametrização do SIGRH com vistas à integração com o eSocial.

Com vistas a essa integração, a então Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão criou o Grupo de Trabalho de Implantação do eSocial do qual derivou entre outros serviços e estudos a criação, pela SUTIC, enfatizando de solução de extração das informações do SIGRH a serem enviados para o ambiente do eSocial por meio de uma ferramenta de controle de mensageria.

Por meio do uso de tal ferramenta disponibilizada pela SUTIC/SEEC, em abril de 2019, a NOVACAP efetivou a remessa inicial de informações ao ambiente do eSocial com a entrega dos EVENTOS S-1000 que permitiram a simultânea implantação do módulo do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, denominado Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf.

A relação entre esses dois sistemas se dá pelo fato de tanto o eSocial quanto a EFD-Reinf abrangerem a Escrituração Digital. Enquanto no primeiro devem ser colocadas informações sobre créditos e débitos relacionados à folha de pagamento, na EFD-Reinf, os dados são sobre retenções de tributos na fonte que não se relacionam a folha, como por exemplo as retenções sobre serviços tomados de empresas terceirizadas.

Tendo cumprido a remessa dos Eventos S-1000, dado que a Companhia obriga-se ao uso do Sistema Único de Gestão e Recursos Humanos, a NOVACAP tem envidado esforços conjuntos com a SEEC/SEPLAN/SUTIC, que permitam a remessa dos Eventos S 2000 para que o SIGRH seja totalmente adaptado e parametrizado para o cumprimento dessas obrigações acessórias.

Importante esclarecer que, atualmente, estão sendo consolidadas as fases 3, a qual toma-se obrigatório o envio da Folha de Pagamento (S-1200), Pagamentos (S-1210), Informações complementares ao fechamento (S-1280) e o fechamento (S- 1299), e a fase 4, onde serão enviados os eventos relacionados a Segurança e Saúde no Trabalho (S-2210, S-2220 e S-2240).

Diante disso, o Cronograma de Execução encontra-se em andamento, sendo que as Folhas de Pagamento estão devidamente atualizadas até novembro 2020, cumprindo desse modo o Regulamento do eSocial.

5.6 Licitações

O conceito de licitação, nada mais é do que o conjunto de procedimentos administrativos, pois partem da administração pública, relativo às compras ou serviços contratados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, ou seja, todos os entes federativos.

De forma mais simples, podemos dizer que o governo deve comprar e contratar serviços seguindo regras de lei, assim a licitação é um processo formal onde há a competição entre os interessados.

A Lei das Estatais, Lei 13.303 / 2016 a qual traz regras direcionadas para empresas públicas de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes desta Lei.

As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Dando cumprimento à Lei 13.303 / 2016- Lei das Estatais, a qual traz regras direcionadas para empresas públicas de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, apresentamos as licitações realizadas pela NOVACAP no Ano 2021, ressaltando a margem de economicidade conforme Quadro de Licitações referenciado:

Quadro 01: Visão Geral – Licitações

RESUMO GERENCIAL												
25/11/2021 09:40	Certames realizados	Homologados	Em Andamento	Certames revogados	Certames revogados e não retomados	Quant lotes fracassados / cancelados	Adiado Sine Die	Certames fracassados	Certames suspensos	Valor Orçado / estimado R\$	Valor Licitado até dia 05/11/2021 R\$	Margem de Economicidade
PLE	37	18	14				2	1	2	247.153.950,24	91.367.161,23	-63,03%
PLP	0		1							142.013.336,20	0,00	-
Convite	0									0,00	0,00	-
Tomada de Preços	3	2	1							7.946.313,67	3.454.525,57	-56,53%
RDCI	1		1							160.237.391,86	0,00	
Concorrência	26								2	548.286.071,60	310.691.816,15	-43,33%
Pregão Eletrônico	37	24	9			6	1	2		374.193.308,78	195.997.556,02	-47,62%
Cotação Eletrônica	9	06		3						30.507.563,85	30.457.003,72	-0,17%
TOTAL										1.350.100.544,34	631.968.062,69	-53,19%

Fonte: 00112-00023783/2021-01

6. POLÍTICAS PÚBLICAS

De maneira simplória, a política pública é um processo, que sofre etapas e regras, que tem por objetivo resolver um determinado problema público. As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Neste contexto, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da NOVACAP 2022, subscrita pelo Conselho de Administração da Companhia, reúne as principais informações relativas às práticas de políticas públicas adotadas, de modo especial no que diz respeito à governança corporativa, controle interno, gestão de riscos, gestão econômico-financeira, bem como às ações realizadas em 2021 e propostas para 2022. A carta supradita, constitui o compromisso público da NOVACAP com a sociedade, com os colaboradores e com o Governo do Distrito Federal.

Investimentos realizados em infraestrutura e urbanismo são fundamentais na promoção da educação, saúde, esportes e segurança, desse modo, na melhoria da qualidade de vida do cidadão. A missão da Companhia demonstra a importância que é conferida à sustentabilidade. Vale registrar que, ao longo de sua história, a NOVACAP tem conservado construído e transformado o Distrito Federal de forma inovadora e permanente.

A função social da Companhia, conforme detalhado no último Relatório de Sustentabilidade 2020, (<https://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Relatorio-de-Sustentabilidade-2020.pdf>), compreende o atendimento à população do Distrito Federal, observando responsabilidade socioambiental quando do estímulo e promoção do desenvolvimento urbano.

Em 2022, à semelhança de 2021, a Empresa prosseguirá intensificando o atendimento às necessidades relevantes da população e priorizando o proposto no Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal 2019-2023, a partir da alocação otimizada de recursos financeiros.

7. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Fundamentada nas diretrizes do Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal e Plano Plurianual, e ainda, contando com o esforço conjunto dos representantes de toda Companhia, em 2021 a NOVACAP promoveu a revisão do seu Planejamento Estratégico para o período de 2020 – 2022.

A partir das diretrizes assumidas, o planejamento supracitado foi construído com a visão de uma empresa sistêmica e eficiente tendo como um dos seus objetivos a prestação de serviços de máxima qualidade à população do Distrito Federal.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

No âmbito de seu Planejamento Estratégico, a NOVACAP aprovou seu reposicionamento, atualizando sua missão, visão e valores.

O Plano Estratégico (PE) apresenta expectativas de longo prazo da NOVACAP e estabelece o conjunto de cenários prováveis que podem interferir no ambiente de negócios, e os preceitos a serem seguidos para consecução de seus objetivos.

Em conformidade com a Lei 13.303/2016 está em curso a reformulação dos direcionadores estratégicos da NOVACAP, com a confecção do Planejamento Estratégico 2022-2026, o qual contempla um novo olhar sobre as forças e fraquezas da Companhia, bem como ameaças e oportunidades, tendo com alvo os próximos cinco anos.

Nesse contexto, foi revista a identidade institucional, segundo uma proposta de modernização da Missão, Visão e Valores, consolidada em um novo Mapa Estratégico, baseado em três eixos (Governança/Transformação e Reposicionamento/Pessoas e Recursos).

A partir desses eixos, foram estabelecidos os Objetivos Estratégicos, abordando temas relevantes tais como ESG, inovação e valorização dos empregados. Para cada objetivo está sendo definido um conjunto de projetos corporativos, indicadores e metas, visando garantir a execução do Plano.

Para a definição da Carteira de Projetos estão sendo entrevistados todos os Chefes de Departamento e Divisões visando apontar as necessidades na implementação de projetos estruturantes e de melhorias operacionais.

A etapa de construção da Carteira de Projetos Estratégicos consiste na identificação dos projetos prioritários em andamento e em fase de concepção, na análise do grau de aderência desses projetos aos objetivos estratégicos, assim como na priorização nos projetos em relação aos resultados pretendidos. Os projetos supracitados devem emergir de necessidades estratégicas e devem ser focados em desafios de curto, médio e longo prazo.

Além disso, são criados para que resultem na inovação ou na melhoria dos processos permanentes visando à entrega de resultados diretamente à organização ou à sociedade.

O novo cenário trás, portanto, novos desafios. Para enfrentá-los será necessário que a empresa providencie algumas medidas a fim de adequar-se à nova conjuntura e continuar cumprindo a sua missão institucional.

8. SUSTENTABILIDADE

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1983, criado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU, como uma proposta de alinhar o desenvolvimento econômico ao ambiental, o desenvolvimento social e a preservação ambiental.

Em 2015, no intuito de orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional até 2030, a ONU estabeleceu metas globais para os próximos 15 anos, compondo assim a Agenda 2030, que constitui em um plano de ação global a qual reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

Neste contexto, a NOVACAP trabalha para fazer face aos complexos desafios econômicos, ambientais e sociais. Cuidar do meio ambiente, ter responsabilidade social e adotar melhores práticas de governança tornou-se obrigação das empresas, e o conceito ESG, acrônimo inglês para Environmental, Social and Governance, chegou para mostrar isto. Em bom português, diz-se “ASG”, em referência a Ambiental, Social e Governança.

Na sua origem, ESG é um índice criado pelo mercado financeiro para avaliar a sustentabilidade de uma empresa nesses três pilares. Seu uso se popularizou e o ESG ganhou um novo significado, qual seja, a responsabilidade de todas as empresas com o meio ambiente, a sociedade e a governança.

Ante o exposto, a NOVACAP vem afirmar seu compromisso junto a essa temática, sabedora que a preocupação do mercado com sustentabilidade, bem-estar social e boa governança corporativa podem impactar seus investimentos, visando o melhor caminho para definir parâmetros e práticas ESG na Companhia, que é reflexo de um movimento que tem crescido consideravelmente nas últimas décadas.

A Companhia atua respeitando os princípios legais inerentes à responsabilidade ambiental, com atitudes voltadas para o desenvolvimento sustentável e manutenção dos ecossistemas equilibrados. Ou seja, ações que levem em conta o crescimento econômico ajustado à proteção do meio ambiente da atualidade e para as gerações futuras, promovendo a sustentabilidade.

Especificamente, ESG pode ser detalhado conforme sua dimensão em Fatores Ambientais que são relacionados ao impacto de uma empresa no meio ambiente, Fatores Sociais que

abrange a relação da empresa com seus colaboradores (políticas e relações trabalhistas), clientes e a sociedade. Estão incluídos aqui, por exemplo, os esforços da Companhia para manter trabalhadores leais e clientes satisfeitos.

Além do aspecto ambiental, a sociedade demonstra uma preocupação maior no que tange aos valores sociais e de governança. Socialmente, tornou-se indispensável garantir a qualidade de vida do empregado e um ambiente corporativo diverso.

No que concerne ao lado social, a NOVACAP destaca-se por ser a empresa que mais investe em ressocialização no governo, atuando em parceria com a FUNAP, apoiando contratados que laboram em funções administrativas, serviços gerais, como limpeza, construção civil, bem como em obras feitas pelas cidades e no viveiro de cultivo de mudas. No tangente ao bem estar da população, a Companhia atua por meio de entregas à sociedade, tais como Unidades Básicas de Saúde UBSs, Hospitais, Praças, Escolas, Creches, Jardins Ornamentais, dentre outros.

Por último, e não menos importante, Fatores de Governança, que liga-se aos mecanismos tradicionais de governança corporativa, os quais fazem com que a administração atue no melhor interesse de seus acionistas de longo prazo, o que inclui salvaguardar os direitos dos acionistas, manter um conselho com bom funcionamento, ter políticas bem projetadas de remuneração de executivos e de prevenção de práticas ilegais, como fraude e suborno (compliance).

Nesse contexto, a NOVACAP se preocupa em impactar e gerar valor a todos aqueles que possam ser afetados direta e indiretamente pelo sucesso da Companhia, como os colaboradores, fornecedores, consumidores, população e até mesmo o Governo.

Vale pontuar, que a NOVACAP trata o tema sustentabilidade com especial zelo, e o tópico, inclusive, constitui um dos eixos do seu Planejamento Estratégico.

8.1 Responsabilidade Socioambiental

O termo responsabilidade socioambiental empresarial se refere a um modelo de gestão que propõe uma relação ética e transparente da empresa com a sociedade. Neste contexto, a NOVACAP adota posturas, comportamentos e promoção de ações em benefício do seu público interno e externo, quais sejam colaboradores e comunidade local, incluindo o meio ambiente.

Como empregador de mão de obra terceirizada na área de urbanização, infraestrutura e construção civil, a empresa atua como importante agente do desenvolvimento econômico-financeiro do Distrito Federal e Entorno, adotando com seriedade o conceito de sustentabilidade, garantindo maior credibilidade social e imagem positiva na sociedade. As ações de responsabilidade social e/ou socioambiental são realizadas independentes de desconto fiscal ou benefício financeiro. O valor agregado está na certeza que a Companhia corrobora com a sua missão precípua.

8.2 Compromisso com o Meio Ambiente

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem como principais objetivos a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental. Destaca-se entre os seus propósitos, a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

Nesse cenário, a NOVACAP atua respeitando os princípios legais inerentes à responsabilidade ambiental, com atitudes voltadas para o desenvolvimento sustentável e manutenção dos ecossistemas equilibrados. Ou seja, ações que levem em conta o crescimento econômico ajustado à proteção do meio ambiente da atualidade e para as gerações futuras, promovendo a sustentabilidade.

Cabe à Divisão de Meio Ambiente integrar os princípios e diretrizes da Política Ambiental às demais legislações da esfera federal, elencada no Painel Legislação Ambiental e, ainda, às legislações ambientais do Distrito Federal, que sejam relacionadas aos serviços e ações executadas pela NOVACAP.

A divisão supradita assegura a viabilidade ambiental dos projetos e operações executados por esta Companhia de forma a cumprir com a legislação ambiental, colaborar com a manutenção de áreas verdes, preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, promover medidas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Governo do Distrito Federal possui em sua estrutura 14 Empresas Estatais, pessoas jurídicas de direito privado, organizadas, em sua maioria, sob a forma de sociedades de capital por ações. De acordo com a Lei 13.303/2016, elas se classificam como empresas públicas ou sociedades de economia mista, de acordo com composição de seu capital social. Ademais, algumas dessas 14 empresas possuem subsidiárias e detêm participações minoritárias em outras empresas.

A NOVACAP se enquadra no conceito de empresa estatal dependente cujo o art. 2º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, reza: “empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária”.

A empresa dependente, não podendo se manter com recursos financeiros próprios, necessita, portanto, de repasses de recursos do ente controlador para o pagamento de suas despesas.

Ciente das restrições orçamentárias e financeiras do Distrito Federal como iniciativa de responsabilidade fiscal, a atual gestão adota medidas de monitoramento contínuo das despesas correntes e de capital, com ações interventivas de redução de custos operacionais.

10. BALANÇO DA NOVACAP

A NOVACAP encerrou 2021 com mais de mil obras entregues. Atuante na zeladoria e conservação do Distrito Federal, a Companhia, criada para construir a nova capital do País, desde a fundação de Brasília, assumiu o papel de cuidar da cidade. No ano concluso, completou 65 anos de serviços prestados aos cidadãos brasileiros e os presenteia com mais de mil obras, reformas, revitalizações e intervenções de infraestrutura, conservação e paisagismo em todo o Distrito Federal, dando segmento a mais de 300 licitações.

Encerramos o ano de 2021 contemplando 1002 obras realizadas em todo o Distrito Federal, ressaltando, a importância da construção dos Hospitais de Campanha para o controle e tratamento do coronavírus. Atuantes no atendimento primário à população, as Unidades Básicas de Saúde - UBSs são importantes equipamentos públicos. Só no ano supra foram entregues 7 unidades. Ainda estão sendo construídas mais 17, que vão realizar atendimentos em todo o Distrito Federal. A NOVACAP também deu o pontapé inicial, para a construção

do Hospital Oncológico Doutor Jofran Frejat. A ação do Executivo garantiu que os recursos para a construção, que estavam praticamente perdidos, retornassem para o Distrito Federal em Convênio com a Caixa Econômica Federal e o Governo Federal. O hospital terá 172 leitos disponíveis, sendo 20 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 152 de internação.

Entendendo a gravidade e controlando a situação, a capital não parou. Cada tempo em que a população esteve cuidando da saúde, a Companhia passou recuperando 200 Pontos de Encontro Comunitário - PECs, revitalizando 100 parquinhos infantis, executando 100 quadras poliesportivas e reformando 5 feiras permanentes, para quando o convívio social for pleno os moradores possam usufruir de boas instalações de esporte, lazer e entretenimento, além de oferecer aos pequenos empresários, melhores condições de trabalho e alojamento para manterem a economia da região, por meio do comércio. E, não parou por aí, abandonado há 14 anos, o Museu de Arte de Brasília, construído pela NOVACAP em 1960, foi totalmente revitalizado e entregue, como um dos presentes de aniversário da cidade para os brasilienses. O espaço cultural, localizado às margens do Lago Paranoá, exibirá acervo de pelo menos 1,3 mil peças de grandes artistas brasileiros. Os trabalhadores da Companhia estavam todo o tempo em campo construindo e reformando escolas por todo o Distrito Federal.

Ao longo de um ano marcado por desafios atípicos impactando a vida de milhões de pessoas e de diversas empresas ao redor do mundo, a NOVACAP foi mais que uma Companhia de grandes realizações que urbaniza e edifica todo o Distrito Federal.

Os desafios sem precedentes enfrentados evidenciaram que uma empresa com propósito é fundamental na contribuição de um mundo melhor. Aceitamos ser protagonistas de uma mudança cada vez maior em prol do fortalecimento da Companhia.

O compromisso assumido de inovar para transformar norteou este ano sem jamais perder o caráter humano, pois inovação é uma mentalidade que precisa se espalhar por toda Companhia. Em um ano árduo permeado por ecos de instabilidade em todo país, a NOVACAP passou por todas as adversidades sem perder o foco ampliando nossos compromissos com a sustentabilidade, avançando em indicadores ambientais e sociais e apoiando a luta contra os efeitos da pandemia na sociedade brasileira. Encerramos 2021 de maneira positiva e em ação.

11. EXPECTAÇÃO DA NOVACAP PARA 2022

Para o Ano de 2022, a NOVACAP tem previsto o compromisso de uma extensa agenda de obras a realizar, tais como, a Reforma da Unidade Básica de Saúde do Gama, Reforma do Restaurante Comunitário Arniqueiras-Areal, Construção do Restaurante Comunitário do Sol Nascente, Construção do Bloco Auxiliar do Hospital Regional de Planaltina - HRPL, Reforma e modernização da subestação do Hospital Regional de Brazlândia - HRBZ, Revitalização da Ponte JK, Reforma e ampliação do Skate Park do Gama, Reforma e modernização da subestação do Hospital Regional de Brazlândia - HRBZ, Conclusão das obras de reforma das instalações elétricas de baixa tensão da Feira da Guariroba, dentre várias outras, bastante significativas.

Ainda para o Ano 2022, pretendemos fazer cerca de 500 obras, apontando a existência de 109 processos licitatórios de contratação de obras em andamento e 40 processos já licitados aguardando análises técnicas. Nos últimos três anos, a NOVACAP licitou 314 contratos que resultaram num investimento de R\$ 442.308.436,82.

Como obras a iniciar/iniciadas, importante ressaltar, a Reativação da Fonte Luminosa da Praça Municipal localizada na Zona Cívico- Administrativa- Praça do Buriti, Reforma das Feiras de Sobradinho, Guariroba, Samambaia e Gama, Construção do Bloco Auxiliar do Hospital Regional de Planaltina-HRPL, Revitalização da Ponte JK, Construção da Nova Subestação do Datacenter Corporativo do GDF, em andamento.

E citamos ainda, a Reforma-UBS 07 do Gama, aguardando recursos a serem descentralizados para homologar e contratar, Reforma do Restaurante Comunitário Arniqueiras-Areal, aguardando recursos a serem descentralizados para homologar e contratar, Construção do Restaurante Comunitário do Sol Nascente, em andamento, Creche Quadra 217 Samambaia 2ª etapa, em elaboração de elementos técnicos para licitar, Conclusão das Obras de Reforma das Instalações Elétricas de Baixa Tensão da Feira da Guariroba, já concluída, dentre outras não menos importantes.

12. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA DE TRABALHO

Quanto aos Programas Executados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, no ANO 2021, apresentamos o que se segue:

6202 – Saúde em Ação

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3135 - Construção De Unidades Básicas De Saúde	0	3149040,0	1396984,28	1373750,17
0048 – Construção De Unidades Básicas De Saúde - Ubs Vale Do Amanhecer, Em Planaltina- Planaltina	0	337040,0	337040,0	337040,0
0049 – Construção De Unidades Básicas De Saúde – Ubs - Distrito Federal	0	2812000,0	1059944,28	1036710,17
TOTAL - 6202 - SAÚDE EM AÇÃO	0	6298080,0	2793968,56	2747500,34

6206 – Esporte e Lazer

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1079 - Construção de Espaços Esportivos	2201000,0	4948620,0	2419397,72	1584740,19
0006 - Construção de Espaços Esportivos-- Distrito Federal	1001000,0	2001000,0	1323789,08	777920,78
0027 - Construção de Espaços Esportivos nas Reg. Adm. do DF	1000000,0	2147620,0	1095608,64	806819,41
1950 - Construção de Praças Públicas e Parques	450000,0	197534,0	178719,06	112434,56
0026 - Construção de Praças Públicas e Parques—Distrito Federal	0	197534,0	178719,06	112434,56
3048 - Reforma de Espaços Esportivos	6410358,0	7092741,0	4744080,94	2458976,78

0040 - Reforma de Espaços Esportivos- Revital e Qualif. dos Equip Públicos Esportivos e de Lazer- DF	0	150000,0	150000,00	50332,68
9587 - Reforma de Espaços Esportivos - Distrito Federal	1001000,0	2201000,0	1143958,00	1105164,59
9613 - Manutenção de Espaços Esportivos, Desportivos e de Lazer em todo o DF (Em 2021)	400000,0	1445541,0	1445540,71	151540,71
9618 - Reforma de Espaços Esportivos e Quadras de Esportes em prol da Comunidade do DF	583358,0	760000,0	624592,23	352244,97
9626 - Reforma de Campo de Grama Sintética da Qd. 409 de Santa Maria - Ra XIII	1100000,0	800000,0	799990,00	799693,83
3596 - Implantação e Infraestrutura Esportiva	2100000,0	335000,0	134089,16	134089,16
8559 - Implantação de Campo de Grama Sintética do Distrito Federal	800000,0	135000,0	134089,16	134089,16
3902 - Reforma de Praças Públicas e Parques	4820000,0	671442,0	395603,25	96932,45
9547 - Reforma De Praças Públicas e Parques - Reforma da Praça e Parques nas Reg. Adm. do DF	500000,0	591442,0	315603,25	96932,45
TOTAL - 6206 – ESPORTE E LAZER	22366716	23674474	15083780,26	8774346,28

6208 – Território, Cidades e Comunidades Sustentáveis**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - Execução de Obras de Urbanização	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
9885 - Execução de Obras de Infraestrutura e Urbanismo em Samambaia - 2021	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	1000000,00	1000000,00	1000000,00	1000000,00

6209 – Infraestrutura**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - Execução de Obras de Urbanização	54887542,0	69919337,00	60540141,12	32860373,99
0340 - Execução de Obras de Urbanização- Obras De Urbanização nas Cidades- DF	0	500000,0	400000,0	400000,0
0360 - Execução de Obras de Urban de Calçadas na Quadra 309 Sul - Ra I- Plano Piloto	0	50000,0	50000,0	50000,0
8111 - Execução de Obras de Urbanização - DF	10294752,0	47331981,00	40789693,64	21000338,44
9886 - Execução de Obras de Urbanização em todo o DF (Em 2021)	1900000,0	2010000,0	1759173,90	1759173,90
9897 - Infraestrutura e Urbanização I Nas RAS	4700000,0	1900000,0	1900000,00	1600000,00
9909 - Execução de Obras de Infraestrutura e Urbanização nas Reg. Adm. do DF	2900000,0	600001,0	600000,00	300000,00
9915 - Execução e Recuperação de Calçadas no Plano Piloto	600000,0	600000,0	600000,0	600000,0
9916 - Execução de Obras de Urbanização	3000000,0	1167040,0	1167040,00	908975,93
9918 - Execução de Obras de Urbanização-DF	7033358,0	4000000,0	4000000,00	3676090,93
9925 - Pavimentação Asfáltica no Córrego do Arrozal - Planaltina	1000000,0	1000000,0	1000000,00	209391,08
9931 - Execução de Obras de Infraestrutura no Distrito Federal	2133358,0	2701954,0	1185875,58	79506,38
9934 - Obras de Urbanização em todo DF- 2021	2483358,0	3483358,0	3483358,00	1427808,96
9937 - Execução De Obras de Urbanização nas Regiões Administrativas do DF	800000,0	1255000,0	1255000,0	255000,0
9940 - Execução de Obras de Urbanização – Calçadas em Águas Claras	500000,0	1300000,0	1300000,00	594088,37
8508 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajudinadas	173297690,0	262629203,99	262429948,36	212519406,01
0001 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajudinadas- Manut de Áreas Verdes- DF	80704690,0	128617640,00	128581167,00	104159899,43
0002 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajudinadas- Manut de Vias Públicas- DF	90093000,0	134011563,99	133848781,36	108359506,58
2903 - Manutenção de Redes De Águas Pluviais	9602337,0	22602337,00	22571149,83	17152044,50
0001 - Manutenção de Redes de Águas Pluviais- Distrito Federal	9602337,0	22602337,00	22571149,83	17152044,50
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	455532422	708281753	690032478,6	525063649

6216 – Mobilidade Urbana**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1223 - Recuperação de Obras de Arte Especiais - Pontes, Passarelas e Viadutos	1001000,0	15940078,0	9613446,91	3933268,20
0005 - Recuperação de Obras de Arte Especiais - Pontes, Passarelas e Viadutos- DF	1001000,0	15940078,0	9613446,91	3933268,20
1891 - Reforma da Rodoviária do Plano Piloto	1001000,0	1001000,0	348000,00	348000,00
0003 - Reforma da Rodoviária do Plano Piloto	1001000,0	1001000,0	348000,00	348000,00
3087 - Execução de Obras de Acessibilidade	360000,0	360000,0	360000,00	360000,00
3894 - Execução de Obras de Acessibilidade em São Sebastião	360000,0	360000,0	360000,00	360000,00
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE URBANA	4724000	34602156	20642893,82	5349268,2

6217 – Segurança Pública**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e Sua Família	1000000,0	5100000,0	5100000,00	5100000,00

8560 - Fortalecimento das Ações de Apoio Ao Interno e sua Família	1000000,0	5100000,0	5100000,00	5100000,00
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	1000000,00	5100000,00	5100000,00	5100000,00

0001 – Programa para Operação Especial**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9096 - Amortização e Encargos da Dívida Pública Relativa ao Inss e Pasep	118443,0	518443,00	420668,92	296425,80
0002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública Relativa ao Inss e Pasep	118443,0	518443,00	420668,92	296425,80
9001 - Execução de Sentenças Judiciais	17280000,0	51180000,0	49067868,13	47005903,69
0003 - Execução de Sentenças Judiciais- Novacap	17280000,0	51180000,0	49067868,13	47005903,69
9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal	4080000,0	4080000,0	2700844,86	2700844,86
0001 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal-Novacap	4080000,0	4080000,0	2700844,86	2700844,86
9093 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	1064099,0	1064099,00	1044099,00	1044099,00
0041 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	1064099,0	1064099,00	1044099,00	1044099,00
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	22542542,00	56842542,00	53233480,91	51047273,35

8209 – Infraestrutura – Gestão e Manutenção**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - Elaboração de Projetos	2001000,0	2226610,0	2209309,04	1173529,35
3199 - Elaboração de Projetos-- DF	2001000,0	2226610,0	2209309,04	1173529,35
1984 - Construção de Prédios e Próprios	2001000,0	63745943,77	39394172,76	11558874,59
9818 - Construção de Prédios e Próprios-- DF	1001000,0	40745943,77	39394172,76	11558874,59
2396 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas	590000,0	15838730,0	11280878,39	907932,30
5316 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas-- DF	590000,0	14824271,0	10266419,86	907932,30
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	2057025,0	6657025,00	5814124,87	3890494,83
9750 - Reforma de Prédios e Próprios-- Distrito Federal	1057025,0	6657025,00	5814124,87	3890494,83
8502 - Administração de Pessoal	312142039,0	261539171,0	257926117,31	251810107,46
0001 - Administração de Pessoal-Novacap - Distrito Federal	312142039,0	261539171,0	257926117,31	251810107,46
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	60264323,0	53741911,00	51825597,77	51495218,00
0001 - Concessão de Benefícios a Servidores- Novacap-Distrito Federal	60264323,0	53741911,00	51825597,77	51495218,00
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	13590743,0	16190743,00	15225200,07	11250660,47
0001 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Novacap- Distrito Federal	13590743,0	16190743,00	15225200,07	11250660,47
1471 - Modernização De Sistema De Informação	589700,0	589700,0	298000,00	298000,0
2499 - Modernização de Sistema de Informação-- Distrito Federal	589700,0	589700,0	298000,00	298000,0
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	1076128,0	1076128,00	695898,51	638314,13
2578 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação - DF	1076128,0	1076128,00	695898,51	638314,13
8505 - Publicidade e Propaganda	345320,0	345320,00	164199,52	134199,52
0001 - Publicidade e Propaganda- Institucional- Novacap - DF	345320,0	345320,00	164199,52	134199,52
TOTAL - 8209 - INFRAESTRUTURA- GESTÃO E MANUTENÇÃO	787314556	819888104,5	768652538	666314661,3

13. ATENDIMENTO AO PÚBLICO

A OUVIDORIA da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP é uma das ouvidorias especializadas integrante do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO/DF atuando no âmbito das questões dos principais serviços prestados pela Companhia.

Neste contexto, vimos apresentar as informações comparativas das manifestações registradas no âmbito do Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal – SIGO/DF e no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e- SIC, esclarecendo que todas as demandas são registradas pelo sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO/DF, por meio da internet, no site www.ouv.df.gov.br, central 162, e, ainda, de forma presencial.

Nota-se que os meses de janeiro e fevereiro tiveram as maiores altas no número de solicitações. Importante destacar que março também recebeu um volume considerado de pedidos mesmo com a pandemia afetando o dia a dia dos cidadãos. Vale mencionar, ainda, que a média de solicitações em 2021, pontuando 1.374 registros, teve uma leve redução, quando comparada à média de 2020, de 1.377 registros.

Demonstramos a seguir os quantitativos dos serviços mais demandados pelos cidadãos em 2021:

DEMANDA	QUANTIDADE
Poda de Árvore / Corte total e autorização para poda e corte de árvores	8954
Galeria de águas pluviais / Limpeza de boca de lobo e bueiro / Colocação de tampa na boca de lobo	2429
Tapa buraco – manutenção de vias públicas	1440
Roçagem de mato/capim	1423
Recolhimento de galhos e troncos de árvores	729
Implantação e conservação de gramados, bosques, parques e jardins; plantação em área pública	208

Doação de mudas de árvores, arbustos, ervas, flores e gramas	205
Controle de cupinzeiros e formigueiros	96
Serviço prestado por órgão/entidade do Governo do DF	80
Coleta de entulho disposto irregularmente	63
Outros	869
TOTAL	16.496

SERVIÇOS MAIS DEMANDADOS

DEMANDA	QUANTIDADE
Áreas verdes	11.758
Manutenção de vias	1.440
Drenagem	2.429
Outros	869
TOTAL	16.496

QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES POR REGIÃO ADMINISTRATIVA

DEMANDA	QUANTIDADE
Plano Piloto	6268
Guará	1311
Taguatinga	1311
Gama	884
Ceilândia	800
Samambaia	784
Planaltina	736
Sobradinho	663
Santa Maria	452
Sudoeste / Octogonal	428
Cruzeiro	362
Sia	325
Lago Sul	289
Águas Claras	277
Recanto das Emas	262
Riacho Fundo	244
Brazlândia	243
Lago Norte	220
Núcleo Bandeirante	213
Park Way	213
Sobradinho II	155
Arnieiras	140
Vicente Pires	135
Jardim Botânico	129
São Sebastião	126
Candangolândia	119
Riacho Fundo	113
Paranoá	75
Itapuã	67
Sol Nascente	66
SCIA	64
Varjão	13
Fercal	9

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Ouvidoria da Novacap finalizou o ano de 2021 com aumento do número de registros em 9%, em relação ao período anterior (2020). No primeiro trimestre de 2020, foram efetuados 4.781 novos registros, número bem abaixo dos registros realizados no primeiro trimestre de 2021, que totalizavam 5.516, representando uma diferença de 15,37%. No primeiro trimestre de 2021 os índices sofreram um aumento, sinalizando que a percepção do cidadão em relação ao órgão está melhorando.

ENCERRAMENTO

No ano de 2021, foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos diferentes segmentos da sociedade, gerando desafios fora de qualquer perspectiva e praticamente imprevisíveis. Mesmo com algumas alterações em decorrência da mudança repentina do cenário mundial, os avanços no que diz respeito aos objetivos finais da Companhia foram promissores.

A NOVACAP marcará a sua presença pela parceria junto aos órgãos do governo, executando edificações e melhorias da infraestrutura do Distrito Federal. Ressaltamos a execução prevista de várias obras, licitações em andamento, reformas a serem iniciadas e manutenções a serem continuadas. Ao analisarmos os objetivos que norteiam a missão, visão e valores da Companhia, bem como as iniciativas, os projetos e inúmeras obras entregues à população, podemos dizer que a empresa direcionada pelas diretrizes de representatividade, melhoria do ambiente empresarial, sustentabilidade e fortalecimento do sistema, contribuiu de forma significativa para o engrandecimento da nossa Capital, com responsabilidade e sustentabilidade.

Diante das informações apresentadas, conclui-se que, apesar do cenário de crise, a NOVACAP realizou inúmeras entregas à sociedade, crescendo em importância e confiabilidade, reestruturando suas engrenagens e continuando a cuidar com esmero da nossa Brasília.

A qualidade e a transparência das informações apresentadas no presente relatório são de suma importância para as percepções dos stakeholders, apresentando a real situação da empresa no exercício findo.

Preparados para o ano que se inicia, a NOVACAP está comprometida a entregar melhores resultados em 2022, fortalecendo os fundamentos que temos construído nos últimos anos para gerar crescimento no longo prazo.

Munidos de otimismo, agilidade e transparência reforçamos o papel relevante da NOVACAP na nossa Capital, qual seja, uma empresa que nasceu por Brasília e hoje edifica e urbaniza todo o Distrito Federal.

Ontem, hoje e amanhã somos uma casa de soluções.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO PATRIMONIAL			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
ATIVO	NE	31.12.2021	31.12.2020
		956.871.402,42	1.077.556.504,25
ATIVO CIRCULANTE		208.507.639,08	313.722.946,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	3	6.435.470,89	7.538.180,03
Bancos Conta Movimento – Demais Contas	3.1	4.535.261,95	5.617.634,92
Recursos Vinculados	3.2	1.899.726,26	1.907.993,43
Aplicações Financeiras – Depósitos e Cauções		482,68	482,68
Recursos Vinculados – Aplicações Financeiras		0,00	12.069,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4	119.713.720,55	152.548.719,13
CLIENTES		389.545,06	465.782,43
Faturas e Duplicatas Faturadas a Receber		389.545,06	465.782,43
CRÉDITOS DE TRANSF A RECEBER – CONSOLIDAÇÃO	4.1	119.324.175,49	152.082.936,70
Recursos a Receber – Subvenções – Intra OFSS	4.1.1	115.912.831,49	149.440.853,48
Recursos a Receber – Restos a Pagar Processados	4.1.2	2.960.899,65	2.642.083,22
Recursos a Receber – Convênio		450.444,35	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL – CONSOLIDAÇÃO	5	1.677.530,36	1.804.401,87
Adiantamento de Férias	5.1	1.677.530,36	1.804.401,87
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR – CONSOLIDAÇÃO		773.150,37	671.214,68
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR – INTER OFSS UNIÃO		15.766,68	0,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	6	370.241,57	406.598,32
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	7	75.527.303,20	71.642.061,73
Depósitos Judiciais Efetuados – Fonte Tesouro	7.1	17.266.510,72	16.475.803,10
Depósitos Judiciais Efetuados – Fonte Própria	7.2	412.532,37	412.532,37
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	7.3	57.848.260,11	54.753.726,26
OUTROS CRÉD A REC E VAL A CURTO PRAZO – CONSOLIDADO	8	3.244.483,32	78.854.848,55
Créditos a Receber – Infrações Legais e Contratuais		1.528.374,60	1.529.048,51
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		1.079.542,99	1.190.127,12
Créditos a Receber Decorrentes de Pagto de Despesas de Terceiros		229.137,47	388.119,95
Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidor de Ex-servidor		107.052,00	62.355,11
Dividendos / Juros sobre Capital Propostos a Receber		300.376,26	11.703,61
Devedores por Cheques Devolvidos		0,00	21.598,17
Valores Pendentes de Liquidação	8.1	0,00	75.651.896,08
OUTROS CRÉD A REC E VAL A CURTO PRAZO – INTRA OFSS		128.888,91	266.190,97
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		78.023,25	215.325,31
Créditos a Rec Decorrentes de Pagamento de Despesas de Terceiros		50.865,66	50.865,66
AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉD E VAL CURTO PRAZO	9	(1.615.287,92)	(1.610.533,89)
ESTOQUES	10	2.236.371,15	1.601.265,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11	748.363.763,34	763.833.557,75
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.1	133.116.253,72	150.993.095,51
Recursos a Receber Subvenções INTRA OFSS	11.1.1	133.116.253,72	150.993.095,51
INVESTIMENTOS	11.2	9.567.936,25	9.567.936,25
Participações Permanentes		9.567.936,25	9.567.936,25
IMOBILIZADO	11.3	604.666.578,48	602.262.366,25
Bens Móveis		50.293.059,44	49.439.213,77
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis		(35.133.687,40)	(31.141.186,06)

(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis		(643.142,20)	(643.142,20)
Bens Imóveis		595.362.497,16	589.155.266,96
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis		(5.212.148,52)	(4.547.786,22)
INTANGÍVEL	11.4	1.012.994,89	1.010.159,74
Softwares		2.123.460,42	1.733.760,69
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(1.110.465,53)	(723.600,95)

BALANÇO PATRIMONIAL			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
PASSIVO	NE	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	956.871.402,42	1.077.556.504,25
PASSIVO CIRCULANTE	12.1	198.838.147,95	303.159.858,77
OBRIG TRAB PREV E ASSIST A PAGAR A CURTO PRAZO	12.1.1	27.299.438,02	28.040.614,42
Pessoal a Pagar		13.339.099,14	12.883.108,17
Encargos Sociais a Pagar		13.960.338,88	15.157.506,25
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	12.1.2	3.227.484,50	30.107.017,24
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo		3.227.484,50	30.107.017,44
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		84.784,84	420.243,21
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União		84.784,84	420.243,21
PROVISÕES A CURTO PRAZO	12.1.3	98.656.929,95	107.924.909,87
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	12.1.3.1	20.069.310,31	28.533.052,94
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	12.1.3.2	47.233.367,96	46.591.855,04
PDV – Plano de Benefício Definido	12.1.3.3	31.344.454,87	32.790.205,08
Outras Provisões a Curto Prazo		9.796,81	9.796,81
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.1.4	69.569.510,64	136.667.073,83
Valores Restituíveis – Consolidação	12.1.4.1	1.811.056,35	1.558.668,33
Valores Restituíveis – INTRA OFSS	12.1.4.2	53.739.542,46	49.905.215,93
Valores Restituíveis – INTER OFSS União	12.1.4.3	2.430,84	164.297,65
Recursos Especiais a Liberar – RP Não Processados		0,00	75.651.896,08
Recursos Especiais a Liberar		11.482.084,74	7.981.486,21
Valores a Devolver ao GDF	12.1.4.5	268.403,55	268.403,55
Valores Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	12.1.4.4	1.004.461,47	1.137.106,08
Saldo de Convênio Não Utilizado		1.261.531,23	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	12.2	149.620.258,28	150.923.613,88
PESSOAL A PAGAR	12.2.1	11.595.521,88	14.113.983,58
Salários, Remunerações e Benefícios		0,00	181.608,48
Licença Prêmio	12.2.1.1	11.595.521,88	13.932.375,10
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		36.792,28	36.792,28
Fornecedores e Prestadores de Bens e Serviços		36.792,28	36.792,28
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		1.933.744,98	1.969.896,57
REFIS	12.2.2	1.933.744,98	1.969.896,57
PROVISÕES A LONGO PRAZO	12.1.3	136.054.199,14	134.802.941,45
Provisão para Indenizações Trabalhistas		897.590,42	3.662.140,64
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		57.693.774,58	23.052.867,82
Outras Provisões a Longo Prazo		77.462.834,14	108.087.932,99
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.3	608.412.996,19	623.473.031,60
Capital Social Realizado	12.3.1	26.713.076,28	26.713.076,28
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12.3.2	7.272.937,00	4.959.616,94
Reservas de Capital		11.961.936,70	11.961.936,70
Ajustes Avaliação Patrimonial		582.171.143,37	582.835.505,67
Reservas de Lucros		18.462.664,93	18.462.664,93
Resultado Acumulado		(38.168.762,09)	(21.459.768,92)

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.**

Elie Issa El Chidiac
Diretor Financeiro
CPF 704.***.***.**

Mirian Patrícia Amorim
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 025.033/DF-O

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS DE SERVIÇOS		239.096,33	465.782,43
Serviços Administrativos		239.096,33	465.782,43
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		239.096,33	465.782,43
DEDUÇÕES		(4.781,92)	(9.315,66)
Iss		(4.781,92)	(9.315,66)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.1	234.314,41	456.466,77
DESPESAS ADMINISTRATIVAS OPERACIONAIS		(670.575.284,71)	(666.986.808,57)
Remuneração a Pessoal	13.2	(176.465.063,04)	(243.817.355,57)
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Ativo Civil – RPPS		(34.030.773,66)	(39.023.326,68)
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil RPPS		(568.266,25)	(2.129.825,96)

Sentenças Judiciais – RPPS		(12.793.263,25)	(14.622.471,49)
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil RGPS		(128.966.830,46)	(187.318.875,69)
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil RPPS		0,00	(624.507,97)
Sentenças Judiciais – RGPS		(105.929,42)	(98.347,78)
Encargos Patronais	13.3	(67.086.713,32)	(100.838.863,95)
Benefícios a Pessoal		(26.972.014,99)	(35.246.590,92)
Auxílio Alimentação		(13.613.400,83)	(16.765.917,03)
Auxílio Transporte – RPPS		(183.653,23)	(3.007.378,93)
Auxílio Creche – RPPS		(1.046.959,46)	(1.186.126,68)
Auxílio Assistência Médica		(11.068.510,15)	(13.619.964,68)
Indenização de Atividade Externa		(801.050,56)	(667.203,60)
Vale Combustível		(258.440,76)	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos		0,00	(5.860.039,50)
Indenizações e Restituições Trabalhistas – PDV		0,00	(5.823.484,21)
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos		0,00	(36.555,29)
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		(50.704,51)	(41.226,48)
Auxílio Funeral Ativo Civil		(50.704,51)	(16.520,00)
Auxílio Funeral Ativo Civil		0,00	(24.706,48)
Uso de Material de Consumo	13.4	(26.187.478,62)	(23.069.094,94)
VPD – Obras e Instalações Não Incorporáveis	13.5	0,00	(7.639.328,82)
Serviços Consultoria e Assessoria		(62.897,60)	0,00
Manutenção e Conservação		(85.214,81)	0,00
Jetons e Gratificações a Conselheiros	13.6	(779.648,64)	(771.527,30)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	13.7	(314.549.792,62)	(218.531.848,09)
Outros Serviços – PJ		(19.975.942,42)	(931.865,03)
Serviços de Terceiros – PJ – Intra OFSS		(631.414,40)	(142.080,00)
Outras Despesas Operacionais		(38.359.814,14)	(30.239.067,97)
RESULTADOS DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0,00	194.073,60
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial		0,00	194.073,60
DESPESAS / REVERSÃO DE PROVISÕES	13.8	(48.888.730,75)	(125.628.612,75)
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas		(51.229,67)	(163.672,47)
VPD de Provisão para Riscos Cíveis		(54.731.865,61)	(3.172,00)
VPD de Plano de Demissão Voluntária – Plano de Benefício Definido		0,00	(140.878.138,07)
Reversão de Provisões para Riscos Trabalhistas		15.886,48	0,00
Reversão de Provisões para Riscos Cíveis		745.840,83	0,00
Reversão de Outras Provisões		5.095.582,34	15.416.369,79
Reversão de Ajuste de Perdas		37.054,88	0,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	13.9	(1.585.903,47)	(1.720.705,02)
DESPESAS COM DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÕES		(5.043.728,22)	(3.830.124,36)
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS		0,00	(391.378,98)
VPD – AJUSTE PARA PERDAS COM CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO		0,00	(1.273.461,40)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		363.110,60	541.279,39
RESULTADO LÍQUIDO NA INCORPOR DE ATIVOS E DESINCORP DE PASSIVOS		(79.191.555,19)	(98.794.648,88)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS FINANCEIRAS		(804.687.777,33)	(897.433.920,20)
RECEITAS FINANCEIRAS	13.10	1.014.686,14	598.364,50
DESPESAS FINANCEIRAS		(95.470,33)	(30.963,13)
RESULTADO ANTES DAS TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS		(803.768.561,52)	(896.866.518,83)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.11	804.039.015,28	781.599.117,19
Repasse Recebido	13.11.1	699.201.099,57	739.169.910,09
Valores Diferidos – Baixa	13.11.3	(32.310.100,93)	36.202.649,64
Valores Diferidos – Inscrição	13.11.4	56.190.271,14	0,00
Transf. Recebidas Independentes de Execução Orçamentária – Intra	13.11.2	80.957.745,50	6.226.557,46
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL		3.241.288,30	2.689.797,68
Transferências de Subvenções de Investimentos – INTRA		54.090,40	20.096,93
Demais Transferências de Convênios – Intergovernamentais	13.12	3.187.197,90	2.669.700,75
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.13	3.511.742,06	(112.577.603,96)

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.**

Elie Issa El Chidiac
Diretor Financeiro
CPF 704.***.***.**

Mírian Patrícia Amorim
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 025.033/DF-O

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldos em 31.12.2020	26.713.076,28	4.959.616,94	11.961.936,70	582.835.505,67	18.462.664,93	(21.459.768,92)	623.473.031,60
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(20.220.735,23)	(20.220.735,23)
Adiant Futuros Aument Capital	0,00	2.313.320,06	0,00	0,00	0,00	0,00	2.313.320,06

Realização do Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	(664.362,30)	0,00	0,00	(664.362,30)
Resultado do Exercício até 31.12.2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.511.742,06	3.511.742,06
Saldos 31.12.2021	26.713.076,28	7.272.937,00	11.961.936,70	582.171.143,37	18.462.664,93	(38.168.762,09)	608.412.996,19

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.***

Elie Issa El Chidiac
Diretor Financeiro
CPF 704.***.***.***

Mírian Patrícia Amorim
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 025.033/DF-O

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31.12.2021 E 31.12.2020			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
COMPOSIÇÃO	NOTA	31.12.2021	31.12.2020
I - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.1	(12.786.827,18)	(5.909.743,44)
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		3.511.742,06	(112.577.603,96)
Depreciação		4.656.863,64	3.468.226,68
Amortização		386.864,58	361.897,68
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado		0,00	391.378,98
Desincorporação de Imobilizado		0,00	437,22
Doação Recebida – Bens Móveis		0,00	(34.682,82)
Bens Móveis – Fabricação Própria		(248.087,39)	(282.485,59)
Perdas com Alienação de Investimentos		0,00	3.115.025,91
Superávits ou Déficits Acumulados – Adm Direta, Autarquias, Fundações		0,00	143.912.302,85
Licença Prêmio LAR – Contas a Pagar Longo Prazo		0,00	(7.645.622,86)
Superávit ou Déficit do Exercício – Consolidação		25.547.661,86	0,00
Ajustes Financeiros		(186.916,09)	0,00
Ajustes do Ativo (Direitos Não Financeiros)		(167.959,43)	0,00
Ajustes Ativo Não Financeiro – Créditos por Danos ao Patrimônio		(22.579,43)	0,00
Ajustes Ativo Não Financeiro – Outros Créditos		(110.708,74)	0,00
Ajustes Ativo Não Financeiro – Bens Móveis		280.000,00	0,00
Ajustes Passivo Não Financeiro – Obrigações Fiscais		141.357,43	0,00
Ajustes Passivo Não Financeiro – Provisões		10.464.626,73	0,00
Superávit ou Déficit do Exercício – Consolidação		2.748.595,88	0,00
Ajustes do Passivo – Provisões		(2.293.075,06)	0,00
Ajustes do Ativo – Direitos Não Financeiros		(137.302,06)	0,00
Resultado Positivo nas Participações Acionárias		0,00	(194.073,60)
Ajustes do Ativo Não Financeiro – Créditos a Receber a Curto Prazo		0,00	(650.406,55)
Ajustes do Ativo Não Financeiro – Créditos a Receber a Longo Prazo		0,00	37.418,34
Ajustes do Ativo (Direitos Não Financeiros)		(57.704.618,00)	(51.204.558,98)
Lucros e Prejuízos do Exercício		(17.755.261,03)	(715.536,97)
Lucros e Prejuízos do Exercício		18.311.080,41	9.496.799,04
LUCRO/PREJ OPERAC ANTES VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		(12.577.714,64)	(12.521.484,63)
VARIAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE		104.112.598,28	116.882.398,24
Faturas e Duplicatas Faturadas a Receber		76.237,37	(465.782,43)
Recursos a Receber – Subvenções – INTRA OFSS		33.528.021,99	15.186.342,62
Recursos a Receber – Restos a Pagar Processado		(318.816,43)	2.410.273,31
Recursos a Receber – Restos a Pagar Não Processado		0,00	82.116.633,98
Recursos a Receber – Subvenções		0,00	2.563.012,57
Recursos a Receber – Convênio		(450.444,35)	0,00
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		126.871,51	1.754.126,81
Tributos a Recuperar / Compensar – Consolidação		(117.702,37)	(49.419,96)
Créditos por Danos ao Patrimônio		36.356,75	46.734,29
Valores Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidação		(3.885.241,47)	0,00
Depósitos Judiciais Efetuados		0,00	2.619.145,05
Valores Apreendidos por Decisão Judicial		0,00	777.638,34
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais		673,91	2.070,00
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		110.584,13	1.035.129,00
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos de Despesas de Terceiros		158.982,48	(62.125,86)
Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidor e Ex-Servidor		(44.696,89)	(21.811,95)
Dividendos / Juros Sobre Capital Próprio Propostos a Receber		(288.672,65)	852.982,36
Devedores por Cheques Devolvidos		21.598,17	0,00
Valores Pendentes de Liquidação		75.651.896,08	6.463.737,90
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Intra OFSS		137.302,06	0,00
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		4.754,03	1.273.461,40
Estoques		(635.106,04)	380.250,81
VARIAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE		(104.321.710,82)	(110.270.657,05)
Pessoal a pagar – Consolidação		455.990,97	(4.417.083,21)
Encargos Sociais a Pagar – Consolidação		(130.545,60)	(961.442,54)

Encargos Sociais a Pagar – Inter OFSS – União		(1.066.621,77)	(4.434.588,23)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo		(26.879.532,94)	(82.013.717,00)
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		(335.458,37)	420.243,21
Provisão para Indenizações Trabalhistas		(8.463.742,63)	127.672,47
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo		641.512,92	(43.559.903,24)
Outras Provisões a Curto Prazo		(1.445.750,21)	32.790.205,08
Valores Restituíveis – Consolidação		252.388,02	710.221,67
Valores Restituíveis – Intra OFSS		3.834.326,53	(3.384.212,73)
Valores Restituíveis – Inter OFSS União		(161.866,81)	(369.175,30)
Recursos Especiais a Liberar		3.500.598,53	1.173.297,36
Recursos Especiais a Liberar – Restos a Pagar não Processados		(75.651.896,08)	(6.463.737,90)
Valores Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais		(132.644,61)	111.563,31
Saldo de Convênio Não Utilizado		1.261.531,23	0,00
II – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	14.2	18.886.806,25	19.171.910,82
Ingressos /Desembolsos		20.190.161,85	(87.621.712,95)
Recursos a Receber – Subvenções (Intra OFSS)		17.876.841,79	(92.581.329,89)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Intra OFSS		2.313.320,06	4.959.616,94
Ingressos /Desembolsos		(1.303.355,60)	106.793.623,77
Salários, Remunerações e Benefícios (P – Contas a Pagar)		(181.608,48)	(106.274,90)
Licença Prêmio – LAR		(2.336.853,22)	0,00
Parcelamento de REFIS		(36.151,59)	(1.188.034,32)
Provisão para Indenizações Trabalhistas		(2.764.550,22)	0,00
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo – Consolidação		34.640.906,76	0,00
PDV – Plano de Benefício Definido		(30.625.098,85)	108.087.932,99
III – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	14.3	(7.202.688,21)	(8.328.128,51)
Desembolsos		(7.202.688,21)	(8.328.128,51)
Imobilizado – Aquisições		(885.758,28)	(8.219.373,87)
Obras em Andamento de Bens de Uso Comum do Povo a Classificar		(5.927.230,20)	(64.107,64)
Intangíveis – Aquisições		(389.699,73)	(44.647,00)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	14.4	(1.102.709,14)	4.934.038,87
Caixa e Equivalentes de Caixa – Final		6.435.470,89	7.538.180,03
Caixa e Equivalentes de Caixa – Inicial		7.538.180,03	2.604.141,16
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		(1.102.709,14)	4.934.038,87

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.***

Elie Issa El Chidiac
Diretor Financeiro
CPF 704.***.***.***

Mírian Patrícia Amorim
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 025.033/DF-O

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE			
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
	NOTA	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO/ PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.13	3.511.742,06	(112.577.603,96)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15	(20.885.097,53)	102.134.570,29
REALIZAÇÃO DO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		664.362,30	(653.985,45)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(16.708.993,17)	(11.097.019,12)

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.***

Elie Issa El Chidiac
Diretor Financeiro
CPF 704.***.***.***

Mírian Patrícia Amorim
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 025.033/DF-O

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL DA NOVACAP

Empresa Pública do ramo da construção civil, criada em 1956, com capital fechado dividido em ações pertencentes ao DISTRITO FEDERAL e a UNILÃO, com participações societárias de 56,12% e 43,88%, respectivamente. É obrigada ao cumprimento da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e, desde 1º de julho de 2018, à Lei nº 13.303, de 2016, quanto ao cumprimento das normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, e à obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

1.1 Domicílio da Entidade

A NOVACAP, inscrita sob o CNPJ nº 00.037.457/0001-70, integra a Administração Indireta do Distrito Federal. Tem sede à SAP – Lote B – Brasília – DF e foro nesta Capital.

1.2 Natureza das Operações

Estatutariamente, a NOVACAP tem por objeto:

I - a execução, diretamente ou por meio de contratos com entidades públicas ou privadas, dos projetos de construção civil e de urbanização de interesse do Distrito Federal;

II – o desenvolvimento de trabalhos de conservação e reparos de edifícios próprios do Governo do Distrito Federal e de outras obras públicas, que mediante contratos ou convênios, lhe forem atribuídas;

III – a realização de atividades de elaboração, análise e aprovação de projetos, bem como as relativas à execução, fiscalização e gerenciamento, direto ou indireto, de obras e serviços de engenharia, arquitetura, urbanização, drenagem pluvial, pavimentação, conservação de áreas verdes e paisagismo no Distrito Federal.

V – a execução de outras obras de infraestrutura urbana que lhe forem confiadas mediante contratos ou convênios;

VI – o desenvolvimento de estudos e projetos vinculados aos seus objetivos sociais.

1.3 Dependência Orçamentária e Financeira

A NOVACAP é Empresa Estatal Dependente do Governo do Distrito Federal, nos termos do art. 2º, III da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A quase a totalidade da execução orçamentária da NOVACAP provém de recursos do Tesouro do Distrito Federal para o custeio geral, de despesas com pessoal, e aquisição de bens para uso na prestação de serviços vinculados à sua atividade principal. Depende do recebimento de TRANSFERÊNCIAS CORRENTES destinadas ao custeio; e TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - para investimentos de finalidade pública específica.

Obriga-se ao uso do Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil (SIAC) do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO), na modalidade total.

Cumpra-lhe, suplementarmente, apresentar Demonstrações Contábeis segundo os registros contábeis determinados para os fatos regidos pela Lei nº 4.320, de 17/03/1964, além daqueles ligados aos aspectos societários regidos pela Lei nº 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão Central de Contabilidade Pública no Brasil, em termos orçamentários, prevalecem as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

1.4 Riscos Ligados ao COVID 19

A DIRETORIA EXECUTIVA da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24, do Estatuto Social vigente da Empresa, em razão da atual situação de emergência decretada no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em decorrência da necessidade de contenção, prevenção e redução dos riscos de disseminação e contágio do novo coronavírus (COVID-19), divulgou as Instruções nº:

a. 170 NOVACAP/PRES/ASESP, de 25 de março de 2021, por meio da qual se constituiu a COMISSÃO EXECUTIVA MISTA, no âmbito da Companhia, em conjunto com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES, para coordenar os trabalhos de análise de viabilidade técnica e legal, acompanhamento e contratação de Empresa especializada, objetivando a construção de estrutura para 03 (três) HOSPITAIS DE CAMPANHA com até 100 Leitos de UTI, cada, nas regiões do Gama, Ceilândia e área central de Brasília no Distrito Federal, em locais adequados definidos, tecnicamente, pela NOVACAP, com prazo de 30 dias para a conclusão.

b. 003 - NOVACAP/DIREX, de 11 de março de 2021 por meio da qual, entre outras medidas, determinou o distanciamento mínimo de 2 metros entre os empregados, em serviço presencial, nas unidades administrativas e que, em caso de necessidade, informou sobre a possibilidade de adoção de outras medidas contentivas necessárias, devidamente justificadas e submetidas aos superiores.

c. 009 – NOVACAP/PRES/ASESP, de 21 de junho de 2021, que organizou o retorno às atividades presenciais dos empregados já vacinados e criou condições para a concessão do regime de teletrabalho em caráter excepcional.

2 – BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base NBC TG Estrutura Conceitual - Resolução nº. 1.121/08, utilizando-se de bases confiáveis para a mensuração, em particular as relativas à depreciação, amortização, provisões, contingências e tributos segundo o regime de competência, de modo a preservar a qualidade da informação e a evidenciar a situação financeira, patrimonial, econômica e orçamentária da Companhia.

2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As presentes demonstrações contábeis são apresentadas em Reais. Não houve movimentação em moedas estrangeiras no período a que se referem às demonstrações contábeis.

2.2 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo tais estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação, quando os ajustes contábeis correspondentes são realizados. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, por eventual inexistência nas previsões dos valores de execução das ações judiciais nas quais a Companhia figura como polo passivo. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota 12.1.3 Provisões.

2.3 Bases Gerais de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, incluindo Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis evidenciadas correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.4 Mudanças nas Práticas Contábeis e Divulgações – Despesas de Exercícios Anteriores

Foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal o Decreto nº 41.652, de 28 de dezembro de 2020, que criou novas regras para o pagamento de dívidas de órgãos e entidades do Distrito Federal, e determinou a baixa dos valores constantes nas contas contábeis especificadas no Anexo I deste Decreto, de forma automática, no Sistema Integrado de Gestão Governamental do Distrito Federal – SIGGO/DF, no dia 30 de janeiro de 2021.

Bem assim, autorizou as Unidades Gestoras a reestabelecer os registros contábeis baixados até 30 de abril de 2021, desde que devidamente fundamentados na legislação vigente, acompanhados da documentação comprobatória do fato gerador e sucedidos do consequente processo de reconhecimento de dívida para pagamento, desde que não estejam prescritos e que, excepcionalmente, não tenham sido empenhados. Especificamente no caso dos fornecedores o Decreto estabeleceu que a adesão ao processo de reconhecimento de dívida é facultativa, devendo ser iniciada por meio de requerimento apresentado pelo credor, ou seu representante legal, ao órgão ou entidade que reconheceu a dívida até 02 de maio de 2021.

2.4.1 Impacto no Patrimônio Líquido da Mudança em Função do Decreto nº 41.652/2020

O impacto do desconhecimento de passivos de exercícios anteriores, sem correspondências em baixas de ativos, a contrapartida foi lançado diretamente no patrimônio líquido da Companhia, na conta intitulada Superávit ou Déficit do Exercício. No período que antecedeu ao lançamento de baixa automática, procedeu-se à análise de cada um dos processos associados às Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), tanto para verificar a conformidade com as condições impostas pelo Decreto, quanto para identificar a eventual judicialização, para fins de transferência de valores para as contas de provisões para riscos judiciais.

Em 30.01.2021 houve a baixa automática por meio de lançamento da Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal dos valores constantes nas contas contábeis especificadas no Anexo 1 do Decreto 41.652/2020. Na NOVACAP, o efeito desse lançamento foi uma redução de passivos da ordem de R\$ 25.745.198,78.

Desse total, em 30.04.2021, foi restabelecido o saldo de R\$ 41.120,76, a título de salários de exercícios anteriores em observância ao art. 5º do citado Decreto. Saldo este que, por nova determinação, foi baixado em 12.07.2021, no aguardo da finalização de processo regular de reconhecimento de dívidas.

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES SUJEITAS AO DECRETO Nº 41.652/2020	SALDOS EM 31.12.2020	SALDOS BAIXADOS EM 30.01.2021	SALDO REESTABELECIDO EM 30.04.2021	SALDO EM 31.12.2021
Salários, Remunerações e Benefícios – (P contas a pagar) Curto Prazo	161.372,15	(161.372,15)	41.120,76	0,00
Salários, Remunerações e Benefícios – (P contas a pagar) Longo Prazo	181.608,48	(181.608,48)	0,00	0,00
Fornecedores de Bens e Materiais	944,19	(944,19)	0,00	0,00
Fornecedores de Serviços	2.854.786,09	(2.854.786,09)	0,00	0,00
Empreiteiros de Obras Não Imobilizáveis	22.546.487,87	(22.546.487,87)	0,00	0,00
TOTAL	25.745.198,78	(25.745.198,78)	41.120,76	0,00

2.4.2 Impacto no Patrimônio Líquido por Outros Ajustes de Exercícios Anteriores

Foram registrados ajustes credores e devedores no valor que em maior relevância se referem à rotina de ajustes no volume total de necessidade de subvenções a receber a longo prazo e baixas de provisões cujos lançamentos de reconhecimento foram realizados em exercícios anteriores, conforme se detalha a seguir.

	Saldo Inicial	Saldo em 31.12.2021
RESULTADO ACUMULADO	(21.459.768,92)	(41.680.504,15)
SUPERÁVITS OU DEFÍCITS ACUMULADOS ADM INDIRETA AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	0,00	36.263.701,09
SUPERÁVITS OU DEFÍCITS ACUMULADOS – CONSOLIDAÇÃO	0,00	35.945.482,33
Superávit ou Déficit do Exercício	0,00	25.547.661,86
Ajustes Financeiros	0,00	(186.916,09)
Ajustes do Ativo (Direitos Não Financeiros)	0,00	(167.959,43)
Ajustes do Ativo Não Financeiro – Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00	(22.579,43)
Ajustes do Ativo Não Financeiro – Outros Créditos	0,00	(110.708,74)
Ajustes do Ativo Não Financeiro – Bens Móveis	0,00	280.000,00
Ajustes do Passivo Não Financeiro – Obrigações Fiscais	0,00	141.357,43
Ajustes do Passivo Não Financeiro – Provisões	0,00	10.464.626,73
SUPERÁVITS OU DEFÍCITS ACUMULADOS – INTRA OFSS	0,00	318.218,76
Superávit ou Déficit do Exercício	0,00	2.748.595,88
Ajustes do Passivo (Provisões)	0,00	(2.293.075,06)
Ajustes do Ativo (Direitos Não Financeiros) INTRA	0,00	(137.302,06)
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS – EMPRESAS	(21.459.768,92)	(77.944.205,24)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS CONSOLIDAÇÃO	(4.067.745.405,45)	(4.067.081.043,15)
Lucros Acumulados de Exercícios Anteriores	(4.067.745.405,45)	(4.067.081.043,15)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS INTRA-OFSS	4.389.005.399,95	4.313.545.520,92
Lucros e Prejuízos do Exercícios – INTRA OFSS	0,00	(17.755.261,03)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	4.389.005.399,95	4.389.005.399,95
Ajustes do Ativo (Direitos Não Financeiros)	0,00	(57.704.618,00)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS INTER	(342.719.763,42)	(324.408.683,01)
Lucros e Prejuízos do Exercício – INTER	0,00	18.311.080,41
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(342.719.763,42)	(342.719.763,42)

3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL

As disponibilidades necessárias à manutenção e giro das operações da Companhia aos depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo é apresentado líquido de valores apreendidos por decisões judiciais, na demonstração dos fluxos de caixa.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL (EM R\$)	31.12.2021	31.12.2020
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.535.261,95	5.617.634,92
RECURSOS VINCULADOS	1.899.726,26	1.907.933,43
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	482,68	482,68

RECURSOS VINCULADOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	12.069,00
TOTAL	6.435.470,89	7.538.180,03

3.1 Bancos Conta Movimento

Na condição de Estatal Dependente, a NOVACAP recebe repasses de recursos governamentais, na conta do Banco de Brasília, para a quitação de passivos decorrentes das ações praticadas, regularmente, para o funcionamento da Companhia.

BANCOS CONTA MOVIMENTO	31.12.2021	31.12.2020
BANCO DE BRASÍLIA S/A	4.463.367,41	5.553.926,60
BANCO DO BRASIL S/A	4.712,71	4.712,71
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	67.181,83	58.995,61
TOTAL	4.535.261,95	5.617.634,92

3.2 Recursos Vinculados

Contas bancárias que controlam as descentralizações de recursos das unidades orçamentárias descentralizadoras de créditos à NOVACAP, por meio de convênios ou instrumentos similares.

RECURSOS VINCULADOS (EM R\$)	31.12.2021	31.12.2020
BANCO DE BRASÍLIA	1.864.236,27	1.615.440,17
BANCO DO BRASIL	35.489,99	35.489,99
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	257.063,27
TOTAL	1.899.726,26	1.907.993,43

3.2.1 Banco de Brasília

Predominantemente, a variação de saldo ocorreu na conta do Banco de Brasília, pelo recebimento de recursos destinados ao pagamento de medições de obras ou serviços executados por meio de Convênios, quais sejam:

DESCRIÇÃO DO CONVÊNIO	OBJETO	31.12.2021	31.12.2020
Convênio nº 007/2015 - TERRACAP	Serviços contínuos de operação, manutenção preventiva e corretiva do gramado do campo de futebol e seus respectivos sistemas de irrigação e drenagem, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, no Estádio Nacional de Brasília – Mané Garrincha	0,00	11.806,31
Convênio nº 032/2016 - TERRACAP	Transferência entre Contas conforme OF. 162/2021	324,22	0,00
Convênio nº 102/2014 - TERRACAP	Execução de serviços contínuos de operação, manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e fornecimento de peças de reposição, incluindo mão de obra, para 20 elevadores e em 12 escadas rolantes do Estádio Nacional de Brasília - Mané Garrincha.	60.000,00	60.000,00
Convênio nº 002/2016 - SEMA	Construção de 03 (três) centros de triagem e reciclagem de resíduos sólidos e 01 (uma) central de comercialização de materiais recicláveis, no imóvel cedido pela Secretaria de Patrimônio da União à CETCOOP, localizado no Pátio Ferroviário de Brasília, situado entre a EPIA, EPCL, EPCA e SAAN, da Região Administrativa de Brasília-DF	955.537,39	954.968,30
Convênio nº 037/2019 - TERRACAP	Construção da Escola Classe da 203 do Itapuã, da Escola Classe da Quadra 304, Conjunto 14, Lote 14, no Recanto das Emas e da Escola Classe 425, em Samambaia/DF	319.829,25	0,00
Convênio – PGDF	Novo Edifício Sede PGDF	0,00	0,00
Convênio nº 060/2019 - TERRACAP	Execução obras de pavimentação asfáltica e meios fios na Região Administrativa de Vicente Pires	0,00	189.000,00
Convênio nº 047/2020 - TERRACAP	Execução de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios e bocas de lobo na rua 08, entre as ruas 03 e 07, em Vicente Pires / DF.	17.499,90	399.665,56
Convênio nº 065/2020 - TERRACAP	Repasso Terracap convênio nº 065/2020 – Contrato nº 109/2020 – JCA Comércio de Alimentos Eireli, fornecimento de brita	511.045,51	0,00
TOTAL		1.864.236,27	1.615.440,17

3.2.2 Banco do Brasil

O saldo de R\$ 35.489,99 da conta do Banco do Brasil – recursos vinculados - corresponde a valores bloqueados sem identificação dos processos judiciais a que se vinculam, o que inviabiliza a transferência de saldos para a conta de valores apreendidos.

3.2.3 Caixa Econômica Federal

Conta bancária 111110503 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - domicílio bancário nº 104000273004470-4 destinada exclusivamente à gestão do Convênio nº 798733/2013 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, Transferência Voluntária -TV nº 10308, cujo objeto era a compra de máquinas e equipamentos para manutenção de redes de águas pluviais do Distrito Federal. Com o cumprimento de seu objeto e a devida aprovação da Prestação de Contas do Convênio por parte do Órgão Federal, a conta bancária foi encerrada em 2021, com a contabilização das TEDs nº 562373 de 06/09/2018 e nº 574700, de 04.10.2018 de devolução à NOVACAP e à SUDECO, respectivamente, de R\$ 36.763,76 e R\$ 220.582,51 não efetuada em época própria. E ainda com os registros de atualização monetária do saldo no valor de R\$ 750,33, pagamento de taxas bancárias de R\$ 222,63 e sequestro, mediante bloqueio judicial, ocorrido no dia 12/03/2020 - 0000938-78-2016-5-10-0018 TRT, no valor de R\$ 244,70.

4 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

São valores a receber por fornecimento de bens e serviços realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

4.1 Créditos de Transferências a Receber – Consolidação

Referem-se a direitos de transferências por subvenções governamentais, realizáveis no curto prazo, a saber:

CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	Em R\$	
	31.12.2021	31.12.2020
RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – INTRA OFSS	115.912.831,49	149.440.853,48
RECURSOS A RECEBER – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.960.899,65	2.642.083,22
RECURSOS A RECEBER – CONVÊNIO	450.444,35	0,00
TOTAL	119.324.175,49	152.082.936,70

4.1.1 Recursos a Receber – Subvenções – INTRA OFSS

O saldo de R\$ 115.912.831,49 se deve à condição de Estatal Dependente dos cofres do Tesouro do Distrito Federal. Essas subvenções a receber se referem a recursos financeiros a serem repassados à NOVACAP pela Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal para cobertura dos seguintes gastos:

RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES (EM R\$)			
DESCRIÇÃO DA FONTE: 100 – TESOURO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	GASTOS SUBVENCIONADOS	31/12/2021	31/12/2020
1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR – FONTE TESOURO	65.367.194,19	76.480.764,27
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES – FORNECEDORES – FONTE TESOURO	50.350.697,11	49.447.585,32
4	EMPREITEIROS DE OBRAS NÃO IMOBILIZÁVEIS (P – CONTAS A PAGAR) – FONTE TESOURO	110.155,35	23.092.260,68
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	84.784,84	420.243,21
TOTAL		115.912.831,49	149.440.853,48

4.1.1.1 Recursos a Receber – Subvenções – INTRA OFSS – para Pessoal e Encargos

O decréscimo para R\$ 65.367.194,19 no total das subvenções a receber INTRA-OFSS, evidenciado na categoria de pessoal e encargos é reflexo da redução de gastos dessa natureza em razão do Programa de Desligamento Voluntário - PDV 2020-2025.

4.1.1.2 Outras Despesas Correntes - Fornecedores

Em razão da opção de tributação na modalidade trimestral do Lucro Real, nessa periodicidade realizam-se as solicitações de recursos à Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal para subvencionar o custeio da NOVACAP.

DESPESAS CORRENTES SUBVENCIONADAS	31.12.2021	31.12.2020
FORNECEDORES DE BENS E MATERIAIS (P – CONTAS A PAGAR)	206.561,57	944,19
FORNECEDORES NACIONAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	617.388,85	0,00
FORNECEDORES DE SERVIÇOS (P – CONTAS A PAGAR)	2.293.378,73	2.854.786,09
PROVISÃO PARA AÇÕES CÍVEIS – ESTIMATIVA DE PERDA PROVÁVEL	47.233.367,96	46.591.855,04
TOTAL	50.350.697,11	49.447.585,32

Em 31.12.2021, solicitou-se ao Tesouro do Distrito Federal a inscrição de subvenções para cobertura do subgrupo OUTRAS DESPESAS CORRENTES – FORNECEDORES no valor de R\$ 50.350.697,11. O procedimento de solicitação de subvenções, gera valores à receber à NOVACAP, em sua condição de estatal dependente.

4.1.1.3 Recursos a Receber – Subvenções - INTRA OFSS para Investimentos

As subvenções a receber para investimentos referem-se a obras de edificações públicas executadas em cumprimento às atribuições institucionais da Companhia.

INVESTIMENTOS SUBVENCIONADOS	31.12.2021
OBRAS IMPLANTAÇÃO DE ROTA ACESSÍVEL NO ENTORNO HOSPITAL PLANALTINA/SOBRADINHO - DF, CT.106/2019, 2021NE1856, ATESTO 08.11.21, CIRCUNST.194/2021 PER, 20.08 A 19.09.2021, 9º MED PROC. 00112-00038115/2019-55	23.807,14
ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL DE PLANALTINA/DF - CT. 670/2013, 2021NE2413, AT. 08/08/2021, CIRCUNST. 08/2021, PER.23/10/2019 A 01/11/2019, ETAPA 14ª, PROC. 00112-00019164/2021-11	12.649,21
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CLASSE 304 CONJ. 14, LOTE 01 - RECANTO DAS EMAS, CT 081/2021, 4ª ETAPA, 2021NE01861, CIRCUNST. 300/20201 ATESTO 09.12 - PER. 01 À 30/11/2021, CONV. 37/2019 - SEI 00112-00029536/2021-18	73.699,00
TOTAL	110.155,35

4.1.1.4 Recursos a Receber – Subvenções - INTRA OFSS para Amortização da Dívida

Os valores a receber por subvenções destinadas à amortização de dívidas são registrados em regime de competência e seus valores são calculados trimestralmente, de acordo com os saldos das dívidas parceladas junto à Receita Federal do Brasil e aos órgãos de controle ambiental.

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA FEDERAL - PARCELAMENTO PGFN - PROCESSO Nº 00112-001.944/2001 - CONFORME TERMO DE ADESÃO REFIS – COMPETÊNCIA	53.908,65	350.334,45
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – PARCELAMENTO AUTO DE INFRAÇÃO 550401 – PROCESSO 00112-00021062/2019-33	30.876,19	30.876,19
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL - PARCELAMENTO INTRA OFSS AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0391000525/2014 - PROC 112-001438/2014	0,00	12.289,56
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL - PARCELAMENTO 1 INTRA OFSS - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 04637/2014 - PROC SEI 0112-003014/2014.	0,00	25.743,01
TOTAL	84.784,84	420.243,21

Em 2021, os pagamentos referentes ao processo 00112-00021062/2019-33 ocorreram normalmente, por meio da conta 213110102, tendo ocorrido a quitação integral das parcelas vencidas. Contudo, o saldo da conta 214136201 – inscrição 0365916600102 – IBAMA - não foi atualizado devido a erro na identificação do evento contábil para a escrituração da baixa do passivo INTER-OFSS. Em 2022, o erro foi corrigido por meio da nota de lançamento 2022NL01242, baixando-se integralmente o passivo em questão.

4.1.2 Recursos a Receber – Restos Pagar Processados

Essa conta representa os recursos a receber inscritos conforme o Decreto nº 42.641, de 2021, exclusivamente da fonte 100 - TESOIRO, para subsidiar as obrigações liquidadas, porém não pagas até 31.12.2021, descritas a seguir:

RECURSOS A RECEBER POR RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (em R\$)			
DESCRIÇÃO DA FONTE: 100 – TESOIRO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	DESCRIÇÃO	31.12.2021	31.12.2020
1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR – FONTE TESOIRO	0,00	856.000,12
3	FORNECEDORES	1.822.512,98	1.019.854,60
4	EMPREITEIROS DE OBRAS NÃO IMOBILÍVEIS (P – CONTAS A PAGAR) – FONTE TESOIRO	1.138.386,67	766.228,50
TOTAL		2.960.899,65	2.642.083,22

5 – ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL – CONSOLIDAÇÃO

De acordo com as rotinas parametrizadas para a Folha de Pagamento, definidas para o Sistema Integrado de Recursos Humanos do Distrito Federal - SIGRH, as regularizações dos saldos das contas contábeis de se processaram regularmente. Os controles de saldos são realizados mensalmente, por meio da conciliação dos registros contábeis com os dos relatórios emitidos pelo SIGRH.

ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS – CONSOLIDAÇÃO (EM R\$)	30.12.2021	30.12.2020
FÉRIAS – ADIANTAMENTO	1.677.530,36	1.804.401,87
TOTAL	1.677.530,36	1.804.401,87

5.1 Férias – Adiantamento

Os adiantamentos de férias são concedidos aos empregados em obediência à legislação trabalhista. O desconto dos adiantamentos acontece sempre no mês seguinte, salvo suspensão do desconto nos termos amparados por lei.

Nos meses em que são descontados os adiantamentos de férias, a NOVACAP concede aos empregados esse empréstimo, em atenção aos termos do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2019/2021, cláusula trigésima quinta segundo a qual “A NOVACAP concederá o valor correspondente ao adiantamento de férias recebido, a título de empréstimo salarial, que será devolvido em 10 (dez) parcelas mensais e iguais”. As inscrições de concessões e as baixas pelos descontos são realizadas com base em relatórios parametrizados e emitidos pelo SIGRH.

Para fins de consolidação com o PCASP da Federação, que não dispõe de conta de natureza semelhante, houve mudança no Plano de Contas do Governo do Distrito Federal. Os saldos antes controlados separadamente por meio da conta Empréstimo Salarial de Férias foram adicionados aos Adiantamentos de Férias.

6 – CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Registram-se ao valor original, acrescentando-se as correções monetárias, juros ou multas legalmente incidentes as multas e juros pagos pela NOVACAP, que requerem apuração com vistas à provável imputação de responsabilidade ou à absorção do prejuízo pela Companhia, que somente ocorre mediante expressa decisão da Diretoria Executiva.

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO (EM R\$)	31.12.2021	31.12.2020
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO DECORRENTES DE PROCESSOS	14.983,29	37.248,00
CRÉDITOS A RECEBER DE RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS – TCE	291.135,40	335.599,24
MULTAS E JUROS DE SERVIDORES RESPONSABILIZADOS – TCE	19.659,04	33.751,08
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO APURADOS EM PROCESOS JUDICIAIS	44.463,84	0,00
TOTAL	370.241,57	406.598,32

7 – DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS (EM R\$)	31.12.2021	31.12.2020
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS - FONTE TESOIRO	17.266.510,72	16.475.803,10
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS - FONTE PRÓPRIA	412.532,37	412.532,37
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO NÃO TESOIRO	7.131.545,03	3.973.561,56
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO NÃO TESOIRO	12.492.548,49	12.492.548,49
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO TESOIRO	36.718.138,73	36.781.588,35
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO NÃO TESOIRO - FTE	1.506.027,86	1.506.027,86
TOTAL	75.527.303,20	71.642.061,73

Os depósitos restituíveis e valores vinculados compreendem os depósitos judiciais compulsórios, bem como os saldos financeiros bloqueados judicialmente, sequestrados por sentença judicial definitiva, que aguardam a obtenção de saldo orçamentário que permita a transferência para a conta de despesa, em obediência ao preceito do art. 60 da Lei nº 4.320, de 1964. Os depósitos são controlados pelo Sistema de Informações Jurídicas - SISJUR, até que haja o pagamento da ação judicial a que se vinculam, quando tais recursos podem ou não ser convalidados em penhora para adimplir os valores contestados. Excessos de valores depositados em favor dos demandantes, após o adimplemento do crédito, e consequente devolução do saldo em favor da Companhia, se houver, são registrados na data do fato gerador e imediatamente devolvidos a SUTES/SEF. O mesmo ocorre com os saldos apreendidos, exceto em caso de inexistência de saldos de empenho para reconhecimento dos valores sequestrados, que permitem a baixa para a despesa. Também nesse caso as devoluções de recursos ao Tesouro do Distrito Federal acontecem no caso de completo êxito na lide, por parte da NOVACAP. As solicitações de suplementação meramente orçamentária para regularização dos saldos bloqueados e sequestrados judicialmente são acompanhadas por meio do processo 00112-00002994/2021-00, ao qual foram anexados os processos nº 00112-00038334/2018-53, 00112-00038873/2019-73, 00112-00028234/2019-08, 00112-00014098/2020-02 e 00112-00000285/2021-81. O atendimento aos requerimentos de suplementação orçamentária por parte do Tesouro do Distrito Federal ocorre sempre que possível, considerando-se as questões econômicas e conjunturais.

7.1 Depósitos Judiciais Efetuados – Fonte Tesouro

Sempre que demandada judicialmente, a NOVACAP efetiva depósitos bancários em favor de ações trabalhistas. No caso dos repasses financeiros da SUTES/SEF/SBEC, os registros contábeis ocorrem sob condição de devolução, em caso de êxito total ou parcial na lide, por parte da NOVACAP.

DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS (EM R\$)	31.12.2021	31.12.2020
FONTE TESOURO	17.266.510,72	16.475.803,10
FONTE PRÓPRIA	412.532,37	412.532,37
TOTAL	17.679.043,09	16.888.335,47

7.2 Depósitos Judiciais Efetuados – Fonte Própria

Essa conta demonstra o montante de disponibilidades de caixa da própria NOVACAP utilizados para a realização de depósitos judiciais em favor de ações trabalhistas. Tais saldos permanecem nos ativos da Companhia até a solução definitiva das lides pelo Poder Judiciário, quando tais valores podem ser utilizados para a quitação dos processos em caso de sentença desfavorável à Companhia, ou retornados aos às disponibilidades. O saldo dessa conta não foi corrigido, em razão de que as atualizações monetárias desses depósitos são reconhecidas no momento da expedição do Alvará para o levantamento do depósito, em favor da Companhia ou da parte, quando se obtém o documento hábil expedido pela Caixa Econômica Federal.

DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS – FONTE PRÓPRIA (EM R\$)	31.12.2021	31.12.2020
FONTE PRÓPRIA	412.532,37	412.532,37
TOTAL	412.532,37	412.532,37

7.3 Valores Apreendidos por Decisão Judicial

Os bloqueios judiciais, denominados valores apreendidos, foram realizados pelo SISBACEN - Sistema de Informações do Banco Central, em cumprimento de ordens judiciais em ações cíveis e trabalhistas. Sempre que demandada a Companhia envida todos os esforços para o pagamento das ações. As apreensões de valores somente ocorrem quando as limitações financeiras da Companhia e do Governo do Distrito Federal inviabilizam a realização dos depósitos judiciais ordenados. Apresenta-se a série histórica dos valores apreendidos que, em 31.12.2021, totalizaram R\$ 57.848.260,11.

Em R\$	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	2.427.019,69	1.827.203,83	4.311.810,15	23.703.884,81	43.504.186,59	55.531.364,60	54.753.726,26	57.848.260,11

O aumento de saldos nessa conta, observado a partir de 2016, se deve à sucumbência da NOVACAP em processos judiciais decorrentes do cancelamento dos empenhos que deveriam ter sido inscritos como restos a pagar em 31.12.2014. Informa-se que a não inscrição se deu de modo mais relevante, entre outras causas, por imposição do Decreto nº 36.182, de 23 de dezembro de 2014 que cancelou os empenhos realizados a partir de 1º de maio de 2014, relativos às fontes 100, 101, 102, 105 e 109, que não tivessem sido liquidados à data de sua publicação.

8 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO – CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	31.12.2021	31.12.2020
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS CONTRATUAIS	1.528.374,60	1.529.048,51
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL	1.079.542,99	1.190.127,12
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERCEIROS	229.137,47	388.119,95
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDOR E EX SERVIDOR	107.052,00	62.355,11
DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER – AÇÕES PREFERENCIAIS NOMINATIVAS	82.306,06	4.435,76
DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER – AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS	218.070,20	7.267,85
DEVEDORES POR CHEQUES DEVOLVIDOS	0,00	21.598,17
VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO	0,00	75.651.896,08
TOTAL	3.244.483,32	78.854.848,55

Registram-se ao valor original e, posteriormente, quando aplicável, são mensurados por seu valor de realização, acrescentando-se correções monetárias e juros incidentes.

A redução de valor desses recebíveis decorre predominantemente da mudança da política contábil de registro dos valores pendentes de liquidação registrados em contrapartida da inscrição de restos a pagar não processados, em rotina de encerramento do exercício de 2020, política contábil, para reconhecer os empenhos com ordens de serviços emitidas, cuja confirmação dos valores a pagar estejam pendentes de comprovação por ações de liquidação da despesa orçamentária, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base em documentos comprobatórios do respectivo crédito (Lei nº 4.320/64, art. 63).

8.1 Valores Pendentes de Liquidação

Em atendimento às normas contábeis, sempre na data de encerramento do exercício, a NOVACAP registra, anualmente, em seus ativos, como pendentes de liquidação, a correspondência de saldos inscritos no passivo, a título de restos a pagar não processados. Em 31.12.2020 foram registrados como pendentes de liquidação, R\$

75.651.896,00 por meio de rotina automática do SIGGO. Observando-se as normas contábeis aplicáveis, a execução dos restos a pagar não processados foi finalizada em abril de 2021:

Em R\$	INSCRITOS	LIQUIDADOS E PAGOS	CANCELADOS	PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO EM 31.12.2021
VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO – 2021	75.651.896,08	61.212.027,55	14.439.868,53	0,00

* Por Restos a Pagar não Processados em 31.12.2020

Por mudança de critério contábil, com a divulgação do Manual de Orientações Gerais sobre Lançamento Contábeis no SIAC/SIGGO, em julho de 2021, a Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal, na qualidade de órgão central de contabilidade do Governo do Distrito Federal, em ação de consolidação de procedimentos contábeis com o Manual

de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª ed. divulgado pela Secretaria do Tesouro da União, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, ao término do exercício não houve inscrição Valores Pendentes de Liquidação por empenhos a liquidar em contrapartida de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (RPNP), nos moldes dos anos anteriores. Desse modo, o registro de inscrição dos empenhos a liquidar ocorreram por processo automático do SIGGO, utilizando, exclusivamente, contas de controle orçamentário denominadas empenhos a liquidar inscritos em restos a pagar não processados e RP controle de obrigações de restos a pagar não processados a liquidar.

9 – AJUSTES PERDAS DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A NOVACAP reporta o risco por perdas de créditos de liquidação duvidosa, nos termos das normas vigentes, sendo provável a não realização dos valores descritos a seguir.

(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		31.12.2021	31.12.2020
1	Processo judicial 2000.01.1.090477-4 - Execução frustrada - expedida certidão de crédito em favor da NOVACAP, ainda não prescrito o direito.	(2.654,93)	(2.654,93)
2	Processo judicial 0133000-42.1993.5.10.0001 – Execução frustrada não foram localizados bens a penhora	(29.650,70)	0,00
3	Processo judicial original 2001.01.1.093971-5. Êxito para a Novacap. Ajuizada ação de cobrança Processo 0012898-42.2001.8.07.0001. Não localizados bens a penhora.	(12.158,21)	0,00
4	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 0702614-81.2018.8.07.0018, não foram localizados bens a penhora. Processo Judicial suspenso por um ano.	(7.703,73)	(7.703,73)
7	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2007.01.1.053890-6, não foram localizados bens a penhora. Expedida certidão de crédito.	(2.941,82)	(2.941,82)
8	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2013.01.1.064743-3, não foram localizados bens a penhora.	(3.351,09)	(3.351,09)
9	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2013.01.1.064743-3, não foram localizados bens a penhora.	(16.024,50)	(16.024,50)
10	Processos nº 112.002967/2012 e 112.003923/2012. A demanda foi julgada procedente e transitou em julgado, porém o processo judicial foi arquivado provisoriamente em virtude da não localização de bens passíveis de penhora em nome da Executada.	(177.942,50)	(177.942,50)
11	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Ação julgada procedente. O cumprimento de sentença está suspenso por 1 ano, pois não foram localizados bens passíveis de penhora.	(1.049.905,15)	(1.049.905,15)
12	Processo nº 2005.01.1.026535-3, PROC 112.004.543/1998- registro 2000NL9440. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 0702614-81.2018.8.07.0018, não foram localizados bens a penhora. Proc. Jud. suspenso por um ano.	(55.111,15)	(55.111,15)
13	Após êxito no Processo Judicial nº 0702213-82.2018.8.07.0018 por parte da NOVACAP nos autos do Cumprimento de Sentença foram realizadas várias diligências no sentido de localizar ativos da devedora para satisfazer o débito, mas não foram encontrados. Posteriormente, foi celebrado acordo para pagamento parcelado do débito pela reclamada, conforme deliberação da Diretoria Executiva (29067248). Homologado o acordo em Juízo (42023541) o Executado efetuou o pagamento das parcelas referentes a fevereiro e março de 2020. Em abril, a reclamada peticionou judicialmente e administrativamente requerimento pela suspensão do acordo pelo período de 6 (seis) meses, informando problemas financeiros em virtude da pandemia da COVID-19.	(45.985,49)	(82.366,46)
14	Crédito a receber por danos ao patrimônio. Ação de cobrança judicial nº 2011.01.1.204209-5, ex-empregado, CPF 310.598.131-49 - id nº 8689 OAB/DF – proc. 112.004.289/11, 3395/11, 2029/12 - registro 2011NL7758.	(195.135,80)	(195.135,80)
15	Ação de cobrança por Termo de Rescisão Contratual fechado com saldo devedor, em desfavor do ex-empregado - proc 112.000.283/2018	(6.119,61)	(6.119,61)
16	Risco de perda provável conf. Doc. da Diretoria Jurídica no proc nº 112.002.747/2002 (autuado novo processo na Asjur para acompanhar a ação, nº 112.003.443/2015).	(7.166,73)	(7.166,73)
17	Processo nº 112.001757/2004, em 16/08/2021, após confirmação da diretoria jurídica informando a prescrição, houve a baixa definitiva do crédito e do respectivo ajuste por perda - Nota de Lançamento 2021NL07289.	0,00	(673,91)
	Subtotal 1	(1.611.851,41)	(1.607.097,38)

(-) AJUSTE DE PERDAS C/ DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS			
1	DIVERSAS INSCRIÇÕES EM PROCESSOS DE PEQUENO VALOR	(3.436,51)	(3.436,51)
	SUBTOTAL 2	(3.436,51)	(3.436,51)
	TOTAL DOS AJUSTES REDUTORES DOS VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO	(1.615.287,92)	(1.610.533,89)

10 – ESTOQUES

Os bens em almoxarifado, destinados ao consumo, bem como matérias-primas aplicáveis na fabricação de massa asfáltica e de formação de mudas de vegetais utilizados nas atividades de urbanização do Distrito Federal tiveram uma variação positiva de R\$ 635.106,04.

Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou aplicação ou formação. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado móvel.

Os valores contábeis dos estoques são revistos anualmente quando da realização de inventário, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo e evidenciado em ajustes por perdas de ativos e os ajustes fiscais correspondentes são acompanhados no e-LALUR.

11 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende o Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e o Intangível.

11.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

Correspondem a Créditos a Longo Prazo – Recursos a Receber Subvenções INTRA-OFSS - que exercem papel relevante para o equilíbrio financeiro da Companhia, na manutenção do capital de giro de longo prazo. Esses recebíveis são solicitados à SUTES/SEF/SEEC, para assegurar o posterior repasse de recursos para cobertura de despesas com pessoal de exercícios anteriores, amortização de dívidas tributárias parceladas e outras despesas correntes com provisões de longo prazo. Em 31.12.2021, totalizaram R\$ 133.116.253,72.

11.1.1 Recursos a Receber Subvenções (INTRA OFSS) – Longo Prazo

FONTE: 100 – TESOIRO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – LONGO PRAZO (INTRA OFSS)	31/12/2021	31/12/2020
CATEGOTIA 1	PESSOAL	121.409.104,18	125.970.331,12
CATEGORIA 3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.858.833,73	23.052.867,82
CATEGORIA 6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.848.315,81	1.969.896,57
RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – LONGO PRAZO (INTRA OFSS)		133.116.253,72	150.993.095,51

Comparativamente ao término do exercício de 2020, observa-se redução da necessidade de subvenções a receber a longo prazo de R\$ 17.876.841,79, a saber:

FONTE: 100 – TESOIRO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – LONGO PRAZO (INTRA OFSS) (em R\$)	VARIAÇÃO EM 2021	MOTIVAÇÃO
CATEGOTIA 1	PESSOAL	(4.561.226,94)	Baixas de saldo decorrentes de concessão de licença prêmio a empregados, de quitação de processos trabalhistas e de cancelamento automático de saldo, conforme especificações do anexo 1 do decreto nº 41.652, de 2020 (vide ne 2.4.1).
CATEGORIA 3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	(13.194.034,09)	Baixas decorrentes de pagamentos ou reclassificações de provisão para ações cíveis do longo para o curto prazo.
CATEGORIA 6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	(121.580,76)	Reclassificação dos parcelamentos do REFIS do longo para o curto prazo, em observância às normas vigentes.
RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – LONGO PRAZO (INTRA OFSS)		(17.876.841,79)	

11.2 Investimentos

A NOVACAP é titular de investimentos permanentes que totalizam R\$ 9.567.936,25, cuja propriedade resulta do recebimento de ações/quotas em outorga, em decorrência de processos de:

I. cisão da própria NOVACAP, determinada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, para a formação do capital das seguintes empresas:

- CEB - Companhia Energética de Brasília S.A.;
- BRB - Banco de Brasília S.A.;
- SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília Ltda.;
- TCB - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília; e
- CODEPLAN - Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

II. transferência e incorporação dos bens vinculados às atribuições específicas do Departamento de Água e Esgotos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP para a formação do capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em obediência ao Decreto-Lei nº 524, de 8 de abril de 1969.

III. sucessão nos direitos e obrigações da NOVACAP, na gestão do Convênio nº 036/91, de 15 de maio de 1991, pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ-DF, nos termos da Lei nº 513, de 28 de julho de 1993.

IV. de aquisição de direito a linhas telefônica da Claro S/A resultante de plano de adesão com recebimento de ações, no modelo de autofinanciamento do Sistema Telebrás, anterior à privatização ocorrida em 1998, regulamentada pelo Decreto nº 52.859, de 18 de Novembro de 1963, para a formação de capital de empresas resultante da cisão desse sistema, nos termos da Lei nº 9.295 de 19 de julho de 1996.

Tais investimentos não atendem aos critérios para avaliação por equivalência patrimonial (Lei nº 6.404, de 1976, art. 243, I e 248 ao 250), razão pela qual são avaliados pelo método de custo conforme art. 183, III da Lei das S/A. Para fins de atendimento às determinações deste método, foi autuado o processo 00112-00029167/2021-55, por meio do qual constatou-se que, em 2021, não foram registradas perdas comprovadas como irre recuperáveis, nem recebidas ações ou quotas bonificadas das investidas.

11.2.1 Participações Permanentes – Consolidação

As Participações Permanentes – Consolidação, evidenciam a seguinte posição acionária em 31.12.2021:

Empresa	CNPJ	Valor Capital Social (em R\$)	Quantidade de ações		VPA Unit Ordin e Pref	VPA lote 100 Ord e Pref	Ord Vlr em R\$	Pref Vlr em R\$	Total em R\$	% partic no cap social
			ORDIN	PREF						
Claro S/A	40.432.544/0001-47	18.738.787.871,39	45	6	1,34837	1.348,37	60,68	8,09	68,77	3,6699307
Cia. Energética de Brasília	00.070.698/0001-11	566.025.000,00	8.978	0	58,88000	58.880,00	528.624,64	0,00	528.624,64	0,093392454
Cia. Saneamento Ambient do DF	00.082.024/0001-37	1.311.953.000,00	6.300.205	0	0,10000	100,00	630.020,50	0,00	630.020,50	0,048021575
Banco de Brasília – BRB	00.000.208/0001-00	900.000.000,00	142.237	42.090	38,52165	38.521,65	5.479.203,93	1.621.376,25	7.100.580,18	0,788953353
							6.637.909,75	1.621.384,34	8.259.294,09	

O BRB e a CEB são as únicas empresas do Complexo do Distrito Federal que têm ações negociadas em bolsa de valores. Contudo, o registro de investimento da NOVACAP na CEB, no valor R\$ 528.624,64 é meramente escritural. Em 2019, o investimento na CEB no valor de R\$ 9.426.574,12, com base nas notas de corretagem, foi reduzido em R\$ 5.745.505,23, após bloqueio judicial (SISBAJUD) e consequente liquidação forçada realizada pela Corretora de Valores do Bradesco, para pagamento de diversos processos cíveis e trabalhistas (processo SEI-GDF nº 00112-00027401/2019-95). Em 2020, foram baixados, pela mesma razão, outros R\$ 3.152.444,25. Do valor total do investimento na CEB, restando o saldo de

R\$ 528.624,64, no aguardo de informações da Diretoria Jurídica sobre o andamento do processo judicial nº 0041348-16.2016.8.07.0018, acerca de liberação de Alvará em quitação do débito, para as devidos lançamentos contábeis de baixa, com ou sem devolução de recursos, conforme o caso.

11.2.2 Participações Permanentes – INTRA OFSS

A Companhia também possui investimentos em outras empresas públicas de capital fechado e sociedades de economia mista integrantes do Governo do Distrito Federal, controladas sob o título de participações INTRA OFSS. Tais investimentos não mantidos para venda e se destinam a produzir benefícios pela sua permanência, por meio do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Empresa	UG/Gestão	Valor Capital Social (em R\$)	Quantidade de ações		VPA Unit Ordin e Pref	VPA lote 100 Ord e Pref	Ord Vlr em R\$	Pref Vlr em R\$	Total em R\$	% partic no cap social
			ORDIN	PREF						
Cia. Metropolitana do DF	200204-20204	2.499.805.821,72	200	0	94,28000	94.280,00	18.856,00	0,00	18.856,00	0,000754299
Soc. Transporte Coletivo de Brasília	200201-20201	28.723.580,00	248	0	1,00000	1.000,00	248,00	0,00	248,00	0,000863402
Cia de Planejamento do DF	130201-13201	12.233.727,60	4.186.795	0	0,01	10,00	41.867,95	0,00	41.867,95	0,342233793
Soc. Abast de Brasília – em Liquidação	320205-32205	16.368.857,49	124.767.021	0	0,01	10,00	1.247.670,21	0,00	1.247.670,21	7,622219271
							1.308.642,16		1.308.642,16	

As ações da TCB, CODEPLAN, CAESB e METRÔ não estão disponíveis para a negociação em mercado. É relevante informar que, após a baixa das ações da CEB, ocorrida em 2019, por força de alienação judicial a terceiros para quitação de ações cíveis e trabalhistas, as participações societárias da NOVACAP no capital de outras empresas deixarem de atender aos requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a avaliação de investimentos permanentes - ou seja, não há coligação nem controle. Por essa razão, o método de avaliação de tais investimentos passou a ser o método de custo. Contudo, a NOVACAP não tem gestão sobre o modelo de Plano de Contas do SIGGo, ao qual se obriga a utilizar por força do Decreto 32.598, de 2010, nem autonomia para efetuar os lançamentos de reclassificação entre contas de investimentos permanentes. Por solicitação à Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal, houve a reclassificação de saldos da seguinte forma: R\$ 8.259.294,09 antes registrados na conta PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS, para a conta OUTRAS PARTICIPAÇÕES. E de R\$ 1.308.642,16 – anteriormente contabilizados na conta PARTICIPAÇÕES PERMANENTES INTRA – OFSS - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS, para PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES.

11.3 Imobilizado

Os itens tangíveis de uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens totalizam R\$ 604.666.578,48. O critério de avaliação daqueles que sejam depreciáveis é o linha reta, com valor residual, aplicando-se, quando identificáveis e corretamente mensuráveis, as devidas reduções ao valor recuperável.

11.4 Intangível

No dia 31/12/2021, o valor bruto do Intangível totalizou R\$ 2.123.460,42. Aplicando-se o critério de avaliação, nos termos da legislação aplicável, evidenciou-se uma amortização acumulada de R\$ 1.110.465,53, e por consequência um intangível líquido de R\$ 1.012.994,89. Não foram identificadas evidências de necessidade de redução ao valor recuperável.

12 – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Registram-se em observância às determinações da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - NBC TG Estrutura Conceitual.

12.1 Passivo Circulante

Dívidas de curto prazo, reconhecidas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas dos encargos e variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis intermediárias, quando aplicável.

12.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Registra, passivos reconhecidos por competência, de acordo com a Folha de Pagamentos emitida pelo SIGRH, e baixados quando de seu pagamento. Os encargos sociais se subdividem em: i) consolidação - referente ao FGTS a recolher em nome dos empregados; ii) INTER OFSS União – que registra os saldos a recolher por INSS patronal sobre a folha dos trabalhadores celetistas.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (em R\$)	31.12.2021	31.12.2020
PESSOAL A PAGAR	13.339.099,14	12.883.108,17
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	2.001.458,05	2.132.003,65
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS UNIÃO	11.958.880,83	13.025.502,60
TOTAL	27.299.438,02	28.040.614,42

12.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Passivos com fornecedores de matérias - primas para fabricação de asfalto, concreto e produção de mudas, e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da execução de obras, uso de serviços de terceiros, consumo de energia elétrica, água, telefone, e demais contas a pagar.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (em R\$)	31.12.2021	31.12.2020
FORNECEDORES DE SERVIÇOS	0,00	0,00
FORNECEDORES DE BENS E MATERIAIS (P – CONTAS A PAGAR)	206.561,57	944,19
FORNECEDORES DE SERVIÇOS (P – CONTAS A PAGAR)	2.293.378,73	2.854.786,09
EMPREENHEIROS DE OBRAS NÃO IMOBILIZÁVEIS (P – CONTAS A PAGAR)	110.155,35	22.546.487,87
FORNECEDORES DE BENS E MATERIAIS EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	1.315.688,87
FORNECEDORES DE SERVIÇOS DE EXERCÍCIO ANTERIOR	539.007,77	3.389.110,42
FORNECEDORES NACIONAIS – DECISÕES JUDICIAIS – EXCETO PRECATÓRIOS	78.381,08	0,00
TOTAL	3.227.484,50	30.107.017,44

12.1.3 Provisões

Decorrem de processos judiciais e são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor possa ser feita em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

PROVISÃO PARA RISCOS DE PERDA PROVÁVEL EM AÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS (EM R\$)	31.12.2021	31.12.2020
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	20.069.310,31	28.533.052,94
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	47.233.367,96	46.591.855,04
PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	31.344.454,87	32.790.205,08
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO	9.796,81	9.796,81
TOTAL DAS PROVISÕES A CURTO PRAZO (EM R\$)	98.656.929,95	107.924.909,87
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS - LP	897.590,42	3.662.140,64
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS - LP	57.692.974,58	23.052.867,82
PROVISÃO PARA PAGAMENTO DE SEGUROS – SINISTROS A LIQUIDAR	800,00	0,00
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO - PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	77.462.834,14	108.087.932,99
TOTAL DAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	136.054.199,14	134.802.941,45
TOTAL	234.711.129,09	242.727.851,32

A redução de R\$ 32.070.949,06 do Plano de Benefício Pós Emprego se deve à regular quitação das parcelas do Plano de Demissão Voluntária 2020-2025.

O montante de provisões é suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a processos:

- trabalhistas, destacando-se ações individuais de (i) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (ii) ações de terceirizados por responsabilidade solidária (iii) ações adicionais e periculosidade, insalubridade e outros;
- para garantias, em relação seguros de sinistros; e
- cíveis, referentes à alegações de não pagamento de notas fiscais emitidas contra a Empresa do ano de 2014 cujos empenhos foram cancelados em observância ao Decreto nº 36.182, de 23 de dezembro de 2014; bem como de reclamações descumprimentos de cláusulas contratuais relacionadas ao pagamento de obras diversas de anos anteriores. Há também ações de caráter indenizatório de pequeno valor, solicitadas por pessoas físicas, relativas principalmente a buracos em vias públicas.

O registro das provisões judiciais utiliza estimativas baseadas em relatórios elaborados por avaliações técnicas de detecção de risco de perda, realizadas pela Diretoria Jurídica – DJ, segregando as perdas prováveis quando à previsão de desembolso, seja em curto ou longo prazo, e classificando os processos com teses semelhantes, considerando fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Evidenciam-se ainda os riscos trabalhistas, por solidariedade.

Esses passivos são estimados pelo valor líquido da perda provável de cada processo, entendido como tal o valor da contingência informado pela Diretoria jurídica, quando houver, deduzido de eventuais depósitos recursais já efetuados, e/ou de bloqueios do sistema SISBAJUD.

A dedução dos valores depositados ou bloqueados em favor das ações judiciais decorre da necessidade de cumprimento a) das normas contábeis que determinam a avaliação anual das ações judiciais, devendo demonstrar o valor do desembolso, o mais próximo da realidade possível; b) a legislação orçamentária que obriga a NOVACAP, na qualidade de estatal dependente, a solicitar subvenções estritamente documentadas e baseadas em situações factuais de desembolso, dentro dos limites de dotação orçamentária.

12.1.3.1 Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo

A NOVACAP é polo passivo em processos judiciais trabalhistas classificados em riscos de perda provável, os quais em 31.12.2021 totalizam R\$ 20.069.310,31. São acompanhados pela Diretoria Jurídica, registrados no SIAC/SIGGo e conciliados com os registros do Sistema de Informações Judiciais – SISJUR, que funciona como controle subsidiário das ações. Eventuais diferenças não relevantes decorrem de *delay* existente no recebimento de informações externas (bancos e tribunais) sobre os alvarás de liberação de saldos de depósitos e bloqueios. Observa-se que, os registros SIAC/SIGGo, requerem a existência de documento hábil para a baixa, além da existência de saldo de empenho para o registro da despesa, no caso de sucumbência.

12.1.3.2 Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo

A Diretoria Jurídica da NOVACAP acompanha os processos judiciais cíveis, nos quais a Companhia é polo passivo que em 31.12.2021 totalizam R\$ 47.233.367,96, de diversas naturezas, e classificados com risco de perda provável. Esses processos são registrados no SIAC/SIGGo e conciliados com os registros do Sistema de Informações Judiciais – SISJUR, que funciona como controle subsidiário das ações.

12.1.3.3 PDV – Plano de Demissão Definido

Em 19 de agosto de 2020, após estudos legais e atuariais de praxe, com amparo nos elementos contidos no Processo n.º 00112-00029548/2019-10, a NOVACAP tornou público o Programa de Desligamento Voluntário – PDV 2020, mediante publicação de Aviso no DODF e ampla divulgação de Regulamento próprio, elaborado em conformidade com o Decreto nº 40.433, de 2020.

O PDV 2020 foi autorizado pelo Conselho de Administração da NOVACAP (CONSAD) e ocorreu em duas etapas de adesão, sendo a primeira realizada entre 07 de agosto a 16 de setembro. Em Sessão Ordinária nº 4.534a, realizada em 19 de novembro de 2020, o CONSAD autorizou a reabertura do prazo de adesão, no período improrrogável de 23 à 27 de novembro.

Em cumprimento ao Regulamento Geral do PDV foram pagos aos empregados que tiveram sua adesão homologada as seguintes verbas de caráter indenizatório, sem qualquer tipo de incidência: a) Prêmio Futuro Temporário (PFT), pelo período de 60 meses; b) Reembolso do Auxílio Saúde até dezembro/2021; e c) Incentivo equivalente a multa contratual de 20% do saldo para fins rescisórios do FGTS, também em 60 meses. Além disso, deverá ser pago o valor em pecúnia do saldo dos dias de Licença Administrativa Remunerada- LAR não gozados, também em 60 meses, sem qualquer incidência por ser também verba de caráter indenizatório, conforme dispõe a Súmula nº 136 do STJ.

12.1.4 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, criado com designação genérica para fins de consolidação com as contas nacionais do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Federação.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31.12.2021	31.12.2020
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	1.811.056,35	1.558.668,33
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	53.739.542,46	49.905.215,93
VALORES RESTITUÍVEIS INTER OFSS UNIÃO	2.430,84	164.297,65
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	75.651.896,08
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	14.016.480,99	9.386.995,84
TOTAL DAS PROVISÕES A CURTO PRAZO (em R\$)	69.569.510,64	136.667.073,83

Importa ressaltar que, por mudança de critério contábil, com a divulgação do Manual de Orientações Gerais sobre Lançamento Contábeis no SIAC/SIGGO, em julho de 2021, a Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal, na qualidade de órgão central de contabilidade do Governo do Distrito Federal, em ação de consolidação de procedimentos contábeis com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª ed. divulgado pela Secretaria do Tesouro da União, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, ao término do exercício não houve inscrição de empenhos a liquidar de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (RPNP), nos moldes dos exercícios anteriores.

Desse modo, o registro de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (RPNP), ocorreram por processo automático do SIGGO, utilizando, exclusivamente, contas de controle orçamentário denominadas controle de obrigações de restos a pagar não processados a liquidar por Natureza da Despesa (ND) e subitem.

12.1.4.1 Valores Restituíveis – Consolidação

Corresponde aos valores de terceiros ou retenções em nome deles, para os quais seja fiel depositária por cauções ou garantias contratuais, cujos saldos não serão deduzidos nos demonstrativos consolidados OFSS, por parte da Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal. Em 31.12.2021 totalizavam R\$ 1.811.056,35.

12.1.4.2 Valores Restituíveis – INTRA-OFSS

Entre os débitos da Companhia, registrou-se R\$ 53.739.542,46 relativos a passivos financeiros representativos de provisões de saídas decorrentes de entradas transitórias por consignações relativas às retenções tributárias, valores apreendidos por decisões judiciais e depósitos em juízo a serem, posteriormente, restituídos ao Tesouro do Distrito Federal. No caso dos valores apreendidos, as devoluções ao Tesouro ocorrem em caso de êxito da NOVACAP em ações de desbloqueio. Os valores depositados judicialmente são devolvidos quando identificados saldos sobejantes na quitação de processos judiciais ou em caso de pleno êxito da Companhia nas lides trabalhistas.

VALORES RESTITUÍVEIS – INTRA- OFSS (em R\$)	31.12.2021	31.12.2020
VALORES APREENDIDOS EM DECISÕES JUDICIAIS A RESTITUIR AO TESOURO	36.108.739,92	32.971.064,24
DEPÓSITOS JUDICIAIS A RESTITUIR AO TESOURO	17.562.289,82	16.788.988,91
OUTROS DEPÓSITOS	62.178,19	62.178,19
VALORES A CURTO PRAZO - EXTRA ORÇAMENTÁRIO	869,44	2.463,96
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES INTRA-OFSS	5.465,09	80.520,63
TOTAL	53.739.542,46	49.905.215,93

12.1.4.3 Valores Restituíveis – INTRA-OFSS UNIÃO

Referem-se às consignações com retenção de INSS – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, liquidados em dezembro de 2021 com prazo de recolhimento em 20.01.2022 ao Tesouro Nacional, nos termos da legislação aplicável, observados os prazos legais. Em 31.12.2021, totalizava R\$ 2.430,84.

12.1.4.4 Valores Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais

CONTA	SUBCONTA	ATRIBUTO DA CONTA	31.12.2021	31.12.2020
218925700	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL	PATRIMONIAL	29.903,07	29.903,07
	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DF		974.558,40	1.107.203,01
TOTAL			1.004.461,47	1.137.106,08

Em atendimento às determinações do MCASP 8ª Ed. (fls. 154 e 134) a Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal parametrizou o SIAC/SIGGO de modo a segregar em contas separadas as operações intraorçamentárias definidas como tais aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), do mesmo ente federativo. Tais operações, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente (Distrito Federal), mas apenas movimentação de recursos entre seus órgãos (INTRA-OFSS). Essas operações são eliminadas no processo de consolidação de contas da Unidade da Federação a que se referam.

Os lançamentos foram programados por origem e destino, de modo a evidenciar os entes detentores do ativo e do passivo (atributo patrimonial). E necessitam de análise de conformidade por parte da NOVACAP, na qualidade de Unidade Gestora de destino, para fins de reconhecimento ou não da legitimidade da cobrança (atributo financeiro), por meio do processo de liquidação da despesa.

O passivo no valor de R\$ 1.004.461,47, foi inicialmente lançado pelo IBRAM/DF como direito (origem), em desfavor da NOVACAP (destino) em decorrência de emissão de Autos de Infração que estão sendo conferidos, em processos individualizados, por ação da Diretoria Jurídica da NOVACAP junto à unidade de cobrança.

Uma vez reconhecido o auto de infração como devido, efetiva-se a liquidação do valor, transferindo-se o saldo da conta de atributo patrimonial para a de natureza financeira para fins de emissão da ordem bancária de quitação.

12.1.4.5 Valores a Devolver ao GDF

O montante de R\$ 268.403,55 corresponde a saldos de valores recebidos da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal em 2017, em ressarcimento por despesas pelo consumo de água e taxas de esgoto de prédio pertencente à NOVACAP, não devolvido à Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal – SEEC/DF, oportunamente, em razão de ter ocorrido bloqueio judicial do saldo financeiro correspondente. A NOVACAP solicitou a liberação de saldo de empenho à SEEC/DF que permita a regularização pelo reconhecimento da despesa correspondente, porém por limitações orçamentárias governamentais, ainda não foi possível o atendimento do pleito.

12.2 Passivo Não Circulante

Demonstram-se pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, vencíveis a longo prazo.

12.2.1 Licença Prêmio (P – Contas a Pagar)

Refere-se à concessão de Licença Administrativa Remunerada, Cláusula Trigésima Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 13 de dezembro de 2013, que atribuiu aos empregados do Quadro de Empregos Permanentes - QEP a cada 05 anos de efetivo exercício, 3 meses da referida licença. Esse passivo somente se reverte em pecúnia nos termos normativos e legais, sujeitando-se à liberação de subvenções governamentais para esse fim. Em 31.12.2021, registravam-se, a esse título, R\$ 11.595.521,88. O gozo da LAR por parte dos empregados acarreta a baixa contábil correspondente.

12.2.2 Obrigações a Longo Prazo – REFIS

Parcelas da dívida junto à PGFN relativas a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pela não homologação de solicitação de compensação de quantias recolhidas na fonte a título de IRRF e CSLL, por meio de PER/DCOMP. Inclui as parcelamento de dívidas com o IBAMA, referentes a diversos autos de infração do período de 2006 a 2016 e com o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM, por parcelamento homologado em 2020, de multa do auto de infração de 2951/2014.

Por mudança na parametrização dos eventos que impactam a conta, não foi possível a reclassificação do saldo do longo para o curto prazo. As providências de correção foram solicitadas à SUCON/SEF/SEEC por meio da Mensagem SIGGO nº 2021MSG07436.

OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	31.12.2021	31.12.2020
MINISTÉRIO DA FAZENDA / RECEITA FEDERAL – REFIS	1.863.413,94	1.863.413,94
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA	70.331,04	70.331,04
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL / IBRAM	0,00	36.151,59
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DF	0,00	0,00
TOTAL	1.933.744,98	1.969.896,57

Por um equívoco a reclassificação do saldo do REFIS do longo prazo para curto prazo, foi efetuada somente em 01.02.2022 no valor correspondente às parcelas 88 a 99, de 180 parcelas da dívida junto à PGFN, conf. processo de pgto SEI nº 0112-004535/2013.

Em razão de erro na identificação do evento de liquidação referente aos pagamentos do Processo 00112-00021062/2019-33, o saldo da conta 214136201 REFIS (P - CONTAS A PAGAR), inscrição 0365916600102 – IBAMA não foi baixado, apesar de ter ocorrido sua quitação regular, pelo valor integral. A correção foi feita em 22.02.2022.

12.3 Patrimônio Líquido

A NOVACAP evidencia seu patrimônio líquido, cujo valor em 31.12.2021 é de R\$ 608.412.996,19, nos moldes solicitados pela NBC TG 26 (R4), demonstrando o interesse residual dos proprietários nos ativos da Companhia depois de deduzidos todos os seus passivos.

12.3.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 26.713.076,28 e se subdivide em ações, sem valor nominal, com a seguinte composição acionária:

CONTA CONTÁBIL	VALOR em 31.12.2021 (EM R\$)	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA (EM R\$)	
		DF	UNIÃO
231210100 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	26.713.076,28	14.991.378,41	11.721.697,87
TOTAL	100,00%	56,12%	43,88%

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
DISTRITO FEDERAL	280.600	56,12%
GOVERNO FEDERAL – UNIÃO	219.400	43,88%
TOTAL	500.000	100,00%

12.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

A Companhia possui recursos a título de ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC, no valor total de R\$ 7.272.937,00.

13 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

As receitas mais relevantes da NOVACAP são as Transferências Governamentais, reconhecidas sob regime de competência, de acordo com as inscrições de solicitações de repasses governamentais de recursos, a cada etapa de execução dos serviços realizados até a data-base dos balanços, na medida em que todos os custos relacionados possam ser mensurados confiavelmente. As receitas, ganhos, despesas e gastos abrangem fatos referentes à execução orçamentária e aos independentes da execução orçamentária, os quais compreendem:

* receitas e despesas relativas à execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), consignada na Lei Orçamentária Anual, com reflexos no balanço Orçamentário;

* receitas e despesas dependentes da execução financeira relativas a operação entre Órgãos, Fundos e Entidades do GDF, Integrantes do OFSS, por meio de descentralização orçamentária, com impacto na DRE;

* receitas e despesas independentes da execução orçamentária cuja contabilização envolve os recursos que independem de autorização legislativa, como as entradas compensatórias, no ativo e passivo.

13.1 Receita Operacional Líquida

CONTA	31.12.2021	31.12.2020	VARIACÃO	
			R\$	%
Receita de Serviços Administrativos	234.314,41	456.466,77	(222.152,36)	(48,67%)

Refere-se a serviços de fiscalização e acompanhamento da obra para correção de patologias construtivas no edifício sede da Polícia Rodoviária Federal, incluindo o fornecimento de insumos, mão de obra especializada e o acompanhamento da execução do reforço estrutural - Contrato nº 42/2019.

13.2 Remuneração a Pessoal

Devido ao PDV 2020/2025, observou-se uma redução de 27,62% nos gastos com remuneração de pessoal. Essa economia tenderá a aumentar a partir da cessação do reembolso do Auxílio Saúde ocorrido em dezembro/2021. A economia total deverá ser finalizada em valores absolutos quando findarem os 60 meses de pagamento do Prêmio Futuro Temporário (PFT).

CONTA	31.12.2021	31.12.2020	VARIACÃO	
			R\$	%
Remuneração a Pessoal	(176.465.063,04)	(243.817.355,57)	67.352.292,53	27,62%

13.3 Encargos Patronais

CONTA	31.12.2021	31.12.2020	VARIACÃO	
			R\$	%
Encargos Patronais	(67.086.713,32)	(100.838.863,95)	33.752.150,63	33,47%

A redução nos gastos com encargos patronais, reflete o desligamento de empregados que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, ocorrida nos termos do Regulamento Geral incluído no Processo nº 00112-00029548/2019-10, publicado no D.O.D.F. nº 157, de 19 de Agosto de 2020, página 53.

13.4 Consumo de Materiais

Houve aumento de 13,52% nos gastos com distribuição do material de consumo, principalmente massa asfáltica, brita granulada e areia, por força do Decreto nº 41.037, de 28 de julho de 2020, que criou o Programa Qualificação Profissional e Frente de Trabalho – RENOVA DF, cabendo à NOVACAP aportar os insumos necessários para a recuperação e reforma dos equipamentos e espaços públicos designados pela Secretaria de Governo.

CONSUMO DE MATERIAL (em R\$)	31/12/2021	31/12/2020	VARIACÃO
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	(17.834,45)	(44.168,75)	59,62%
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FINALIDADES	(31,92)	(3.502,74)	99,09%
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO	(1.376.292,41)	(1.957.568,77)	29,69%
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	(88.760,96)	(70.449,22)	(25,99%)
MATERIAL QUÍMICO	(51.555,37)	(5.938,24)	(768,19%)
MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	0,00	(1.000,00)	100,00%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	(28.836,58)	(38.951,83)	25,96%
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	(46.818,64)	(35.586,18)	31,56%
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	(397.526,20)	(1.536,00)	(25780,61%)
MATERIAL DE COPA E COZINHA	(27.098,55)	(23.997,49)	12,92%
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	(200.128,25)	(181.669,46)	(10,16%)
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	(95.449,33)	(188.319,97)	49,32%
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	(4.376.968,69)	(4.366.367,40)	(0,24%)
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	(57.795,51)	(77.016,76)	24,96%
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	(89.542,94)	(24.871,67)	(260,02%)
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	(197.590,86)	(207.759,92)	4,89%
MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	0,00	(2.371,05)	100,00%
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	(1.039.816,14)	(53.035,50)	(1860,60%)
MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	(16.565.395,90)	(14.742.570,91)	12,36%
MATERIAL HOSPITALAR	0,00	(1.900,00)	100,00%
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	(955.275,73)	(998.329,36)	4,31%
MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	(820,02)	(208,00)	(294,24%)
FERRAMENTAS	(90.433,56)	(27.312,82)	(231,10%)
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS	(41.123,93)	(14.662,90)	(180,46%)
CARTÕES E BILHETES MAGNÉTICOS	(440.382,76)	0,00	(100,00%)
BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	(1.999,92)	0,00	(100,00%)
TOTAL	(26.187.478,62)	(23.069.094,94)	13,52%

13.5 VPD – Obras Não Incorporáveis

A NOVACAP executa obras de infraestrutura (bens de uso comum do povo) por meio descentralização de recursos de outras Unidades Orçamentárias do Governo do Distrito Federal. Os ativos resultantes pertencem às Unidades Orçamentárias de origem, a quem cabe a obrigação de as ativar e, via de consequência, ao Governo do Distrito Federal, único financiador

das mesmas (item 5.2.4 do MCASP 8ª ed.). Para fins de controle, os valores recebidos e aplicados pela NOVACAP nestas obras de infraestrutura, são registrados em conta transitória do ativo não circulante da Companhia, com consequente e posterior transferência/ integração ao patrimônio da Unidade Gestora proprietária do investimento.

13.6 Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas

Os gastos com serviços de terceiros Pessoa Física se limitaram ao pagamento de serviços de consultoria e assessoria e Jetons de Conselheiros.

13.7 Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas

Registra as despesas provenientes da prestação de serviços por pessoas jurídicas à NOVACAP, bem como da terceirização de serviços de zeladoria, jardinagem e urbanização das áreas e equipamentos públicos sob responsabilidade da Companhia.

SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.12.2021	31.12.2020
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	(61.379.965,35)	(65.366.797,79)
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	(6.104.825,76)	(3.105.828,09)
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(5.246.803,38)	(1.220.836,28)
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	(99.465.485,40)	(72.727.657,88)
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	(4.133.385,42)	(1.080.833,82)
SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA, GÁS E OUTROS	(2.578.179,24)	(1.503.999,46)
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR	(21.203.157,47)	(22.403.611,59)
LOCAÇÕES	(21.470.339,84)	(7.008.452,01)
SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	(879.647,22)	(809.018,52)
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	(3.523.304,70)	(768.557,86)
CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM	(26.573,42)	0,00
PROMOÇÃO	(367.489,86)	(1.452.031,46)
SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL	(2.519.108,92)	(2.554.336,75)
TÉCNICOS PROFISSIONAIS	(54.713.087,69)	(18.107.130,01)
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	(12.702.758,63)	(11.287.202,81)
FRETE E LOC VEÍCULOS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO	(10.573.925,69)	(5.551.176,61)
PLANTIO E REFLORESTAMENTO	(5.977.235,20)	(2.383.004,56)
SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE FROTA DE VEICULOS	(1.684.519,43)	(1.201.372,59)
SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	(314.549.792,62)	(218.531.848,09)

13.8 Despesas / Reversões de Provisões

CONTAS	31.12.2021	31.12.2020
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	(51.229,67)	(163.672,47)
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	(54.731.865,61)	(3.172,00)
VPD DE PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA- PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	0,00	(140.878.138,07)
REVERSÃO DE PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS	15.886,48	0,00
REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	5.095.582,34	15.416.369,79
REVERSÃO DE PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS	745.840,83	0,00
REVERSÃO DE AJUSTE DE PERDAS	37.054,88	0,00
DESPESAS / REVERSÃO DE PROVISÕES	(48.888.730,75)	(125.628.612,75)

Em atendimento à NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a NOVACAP reconhece em contrapartida das obrigações derivadas de processos judiciais em que seja polo passivo, sempre que os mesmos sejam classificados com risco de perda provável, pela Diretoria Jurídica, a despesa (VPD) correspondente. As reversões de provisões ocorrem em caso de decisões judiciais favoráveis à Companhia.

13.9 Despesas Tributárias

DESPESAS TRIBUTÁRIAS (EM R\$)	31.12.2021	31.12.2020
IMPOSTOS INTER-UNIÃO	0,00	(83.306,13)
OUTROS IMPOSTOS	(1.519.730,20)	0,00
TAXAS - PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	352,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(66.173,27)	(1.637.046,89)
TOTAL	(1.585.903,47)	(1.720.705,02)

A NOVACAP é tributada pelo Lucro Real e controla suas despesas tributárias segundo as determinações legais. As despesas com taxas incluem inscrições de responsabilidade técnica e os licenciamentos ambientais de obras.

13.10 Receitas Financeiras

A geração de receitas financeiras em 2021 foi a seguinte:

CONTAS	31.12.2021	31.12.2020
REMUNER DIVIDENDOS – INVESTIM EM BANCOS E EMPRESAS AVALIADOS PELO MÉTODO DE CUSTO	931.394,55	533.861,03
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	80.457,09	62.340,48
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	2.834,50	2.162,99
TOTAL	1.014.686,14	598.364,50

13.11 Transferências Correntes

São transferências de bens e rendas recebidas para manutenção do consumo de rotina da Companhia e no cumprimento de suas atribuições estatutárias com serviços e materiais aplicados como despesas correntes, em ações de zeladoria e urbanismo de regiões e equipamentos públicos do Distrito Federal.

CONTAS	31.12.2021	31.12.2020
REPASSE RECEBIDO	699.201.099,57	739.169.910,09
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	(32.310.100,93)	36.202.649,64
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	56.190.271,14	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – INTRA	80.957.745,50	6.226.557,46
TOTAL	804.039.015,28	781.599.117,19

13.11.1 Repasse Recebido

O valor de R\$ 699.201.099,57 se refere às transferências financeiras recebidas da Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal e correspondências de créditos da execução orçamentária na condição de repasses vinculados ao custeio das atividades da NOVACAP, do próprio exercício.

13.11.2 Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária – Intra

O valor total de R\$ 80.957.745,50 de receitas recebidas da Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal, corresponde a quitação de restos a pagar de exercício anterior, bem como de conversão em receita da NOVACAP, de saldos da conta do passivo representativa de depósitos judiciais a restituir ao Tesouro do Distrito Federal, registrada quando do recebimento das transferências financeiras para tal finalidade, devido à utilização de tais depósitos para a quitação de ações trabalhistas em que a Companhia restou vencida.

13.11.3 Valores Diferidos – Baixa

Os valores diferidos são baixados quando se identifica a necessidade de redução de subvenções a receber baseadas em estimativas de longo prazo que requisitam a liberação de recursos pela SEEC/DF, em favor da NOVACAP. No período foi registrado R\$ 32.310.100,93.

13.11.4 Valores Diferidos – Inscrição

As inscrições de valores decorrem aumento das estimativas de subvenções que demandam a liberação de recursos pela SEEC/DF, em favor da NOVACAP, para custeio das despesas do exercício reconhecidas em contrapartida dos passivos, em observância às apropriações por competência. As receitas por solicitações de recursos diferidos variam conforme os gastos a incorrer. Em 31.12.2021, foram inscritas subvenções a receber correspondentes a R\$ 56.190.271,14.

VALORES DIFERIDOS – INSCRIÇÃO	31.12.2021
CATEGORIA 1 - PESSOAL E ENCARGOS	53.721.656,06
CATEGORIA 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.429.582,51
CATEGORIA 4 - INVESTIMENTOS	0,00
CATEGORIA 6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	39.032,57
TOTAL	56.190.271,14

13.12– Transferência de Capital - Inter

Referem-se a repasses governamentais recebidos para investimentos ou aplicações de recursos em infraestrutura, mediante celebração de convênios ou por descentralizações de recursos. Os recursos recebidos por meio de transferências de capital foram aplicados em obras e serviços de infraestrutura, conforme descrição:

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	OBJETO	31.12.2021	31.12.2020
CONVÊNIO Nº 102/2014 - TERRACAP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS REPOSIÇÃO, FERRAMENTAL, INSUMOS (MATERIAIS) E MÃO DE OBRA, BEM COMO REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAIS DIVERSOS, À OPERAÇÃO DE 20 (VINTE) ELEVADORES DE MARCA ORONA, ALÉM DE 12 (DOZE) ESCADAS ROLANTES DA MARCA FUJITEC, INSTALADAS NO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA - MANÉ GARRINCHA.	0,00	326.000,00
CONVÊNIO Nº 007/2015 – TERRACAP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GRAMADO DO CAMPO DE FUTEBOL E SEUS RESPECTIVOS SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA - MANÉ GARRINCHA.	0,00	284.641,47
CONVÊNIO Nº 32/2016 - TERRACAP	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E DRENAGEM PLUVIAL NAS QUADRAS 101, 102, 301 E 302 NO CENTRO URBANO EM SAMAMBAIA – DF.	32.422,24	541.566,16
CONVÊNIO Nº 060/2019 – TERRACAP	EXECUÇÃO OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E MEIO FIO RA XX VICENTE PIRES – RUA 10	0,00	189.000,00
CONVÊNIO Nº 037/2019 – TERRACAP	EXECUCAO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CLASSE DA QUADRA 203 LOCALIZADA NO ITAPOÁ, Q 203, DEL LAGO II, EM ITAPOA/DF.	2.643.165,66	0,00
CONVÊNIO Nº 047/2020 – TERRACAP	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS E BOCAS DE LOBO DA RUA 08, ENTRE AS RUAS 03 E 07, DO VICENTE PIRES – DF.	0,00	1.328.493,12
CONVENIO Nº 065/2020 - TERRACAP	AQUISICAO DE 15.000 (QUINZE MIL) TONELADAS DE BRITA GRADUADA SIMPLES.	511.610,00	0,00
TOTAL		3.187.197,90	2.669.700,75

13.13– Lucro Líquido do Exercício

COMPONENTES DA APURAÇÃO	31.12.2021	31.12.2020
VPA - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	815.313.750,32	801.817.602,47
VPD - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	(811.802.008,26)	(914.39.206,43)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.511.742,06	(112.577.603,96)

A Companhia tem quase a totalidade de suas despesas subsidiadas pelo Tesouro do Distrito Federal. Até 31 de dezembro de 2021, por critérios contábeis, apurou-se um Lucro Líquido R\$ 3.511.742,06.

14 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O resultado financeiro é demonstrado pelo confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que alteram as disponibilidades da Companhia e se evidenciam na Demonstração dos Fluxos de Caixa –DFC e no Balanço Financeiro.

A NOVACAP adota método indireto por meio do qual os fluxos de caixa demonstram a conciliação do resultado contábil do período, ajustado pelos itens econômicos, cujos efeitos de transações não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

14.1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A NOVACAP obriga-se à apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto. Em 31.12.2021, a manutenção das atividades operacionais da Companhia evidenciaram consumo líquido de caixa de R\$ 12.786.827,18.

14.2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Representa recursos oriundos do Tesouro do DF por repasses registrados na condição de subvenções governamentais e de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. A Companhia evidenciou uma geração líquida de caixa de R\$ 18.886.806,25.

14.3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Ao término do exercício, observou-se a aplicação de recursos em investimentos no valor de R\$ 7.202.688,21, em razão aquisição de imobilizados, intangíveis e na realização de obras em andamento - bens de uso comum do povo a classificar.

14.4 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes

Em 2021, houve consumo líquido de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 1.102.709,14 conforme se demonstra a seguir.

COMPOSIÇÃO	31.12.2021	31.12.2020
CONSUMO DE CAIXA E EQUIVALENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(12.786.827,18)	(5.909.743,44)
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	18.886.806,25	19.171.910,82
CONSUMO DE CAIXA E EQUIVALENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.202.688,21)	(8.328.128,51)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.102.709,14)	4.934.038,87

15 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Representa itens de receita e despesa que não transitam pelo resultado do exercício, em conformidade com a NBC TG 26 (R5). O resultado abrangente em 31.12.2021 foi negativo em R\$ 16.708.993,17. Impactaram de modo relevante o resultado abrangente, os ajustes devedores de exercícios anteriores no valor de R\$ 20.885.097,53.

15.1 – Ajustes de Exercícios Anteriores

No ano de 2021, os ajustes líquidos de exercícios anteriores totalizaram R\$ 20.885.097,53, dentre os quais o impacto de maior relevância, no valor de R\$ 25.547.661,86 (credor), se deu em função das baixas de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) em atendimento ao Decreto nº 41.652, de 28/12/2020, vide nota explicativa nº 2.4. Oportuno alertar para a obrigatoriedade de utilização pela NOVACAP do princípio da anualidade orçamentária, do qual deriva o modelo de empenho, liquidação e pagamento determinado pela Lei nº 4.320, de 1964, bem como à rotina de inscrição de restos a pagar, sendo a Companhia uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, que para fins de elaboração das suas demonstrações contábeis, obriga-se ao cumprimento das rotinas da Lei nº 6.404, de 1976, quanto ao regime de competência.

Assim, os passivos empenhados e liquidados ou em liquidação ao término de exercícios anteriores, porém sem a liberação de recursos financeiros correspondentes, quando de sua inscrição, necessitam ser baixados como ajustes, quando pagos ou cancelados, posto que não podem impactar o resultado do exercício em que ocorrem.

O mesmo acontece com os ajustes de subvenções a receber de longo prazo – contrapartida dos ajustes de ativos - solicitados com base em passivos estimados, inscritos em exercícios anteriores, cujas datas de pagamento não se podem determinar no momento do lançamento contábil, como é o caso das provisões para ações cíveis e trabalhistas, inscritas com data de saída de recursos ainda incerta, bem como o seu valor final de sua realização. As conciliações dos ajustes de exercícios anteriores obedecem aos modelos de parametrização do SIGGo.

15.2 – Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os registros de saldos nessa conta se referem à rotina de procedimentos de realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial, na proporção da depreciação das edificações que foram objeto se ajuste ao custo atribuído, em 2017, nos termos da legislação aplicável.

16 – OUTROS EVENTOS

16.1 – Recursos Vinculados – Caixa Econômica Federal

Trata-se de recursos vinculados ao Convênio 798733/2013 - SUDECO/NOVACAP, cuja Prestação de Contas devidamente aprovada pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Ofício nº 2795/2020 – DPC/CGEOPFC/DA/SUDECO, cujo objeto foi a compra de máquinas e equipamentos para manutenção de redes de águas pluviais em todo o Distrito Federal.

Em 19.02.2021, o Departamento Financeiro da NOVACAP emitiu a Guia de recolhimento 2021GR00126, no valor de R\$ 36.763,76, para regularização de saldo, após identificação de transferência financeira entre contas - Convênio 798733/2013 - SUDECO/NOVACAP – ocorrida no dia 06/09/2018, conforme ordem bancária de transferência voluntária – (OBTV) 2018OB800004. Nessa mesma data foram emitidas as guias de recolhimento nº 2021GR00127 e 2021GR00128, nos valores de R\$ 259,13 e R\$ 491,20, respectivamente para reconhecer crédito de TEDs de rendimentos de aplicação financeira efetivadas nos dias 07.08 e 31.10.2018.

Em 01.06.2021, foi realizado o acerto contábil do saldo da conta 111110503 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - domicílio bancário nº 104000273004470-4 - no valor de R\$ 220.582,51 conforme informado na NE 3.2.3, restando pendente de regularização o saldo remanescente de R\$ 244,70, bloqueado judicialmente na conta, pelo Processo Judicial nº 000938-78.2016.5.10.0018.

16.2 – Provisões

Para correção de erro não atribuível ao presente exercício, em 12/08/2021, foi efetuado o acerto contábil do saldo das contas de provisões para indenizações judiciais cíveis e trabalhistas de períodos anteriores, após a identificação de evento contábil apropriado no SIGGo e a devida conciliação contábil com os processos judiciais a que se vinculam, em razão de pagamento, conforme detalhamento abaixo, com impacto e no patrimônio líquido no valor de R\$ 10.464.626,73.

227110100 – PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		
CONTA CORRENTE	MOVIMENTO DEVEDOR (R\$)	NOTAS DE LANÇAMENTOS
AT1920110 - ENEAS ***** ** ***** ** E OUTROS	195.352,70	2021NL07180
AT1920111 - EVELINE ** ***** * ***** ***** E OUTROS	155.180,22	2021NL07181
AT1920112 - EVERALDO ***** ** ***** E OUTROS	200.224,55	2021NL07179
AT1920118 - GIOMAR ***** ** ***** E OUTROS	196.427,06	2021NL07192
AT1920121 - JOSE ***** ** ***** E OUTROS	294.292,67	2021NL07184
AT1920123 - SELMA ***** ** ***** E OUTROS	106.476,23	2021NL07185
AT1920132 - BRUNA ***** ** ***** E OUTROS	1.040,37	2021NL07193
AT1920136 - FRANCISCO ***** ** ***** E OUTROS	12.650,58	2021NL07186
AT1920139 - JOSE ***** ** ***** E OUTROS	27.871,65	2021NL07187
AT1920141 - MARIA **** * ***** ***** E OUTROS	639.330,58	2021NL07194
AT1920144 - MANOEL ***** ** ***** E OUTROS	87.943,28	2021NL07182 - (79.950,32) 2021NL07183 - (7.992,96)
AT1920145 - LUIS CLÁUDIO ***** ** ***** E OUTROS	139.210,70	2021NL07195
AT1920147 - JOSÉ ***** E OUTROS	46.700,58	2021NL07191
AT1920148 - ANTONIO ***** E OUTROS	661.849,05	2021NL07188
SUBTOTAL	2.764.550,22	
227410100 – PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CIVEIS		
CONTA CORRENTE	MOVIMENTO DEVEDOR	NOTAS DE LANÇAMENTOS
10441611000129 - TRIER ENGENHARIA S/A	4.079.208,40	2021NL07163
AT1920146 - AÇÕES CIVEIS A IDENTIFICAR	3.620.868,11	2021NL07168
SUBTOTAL	7.700.076,51	
TOTAL	10.464.626,73	

Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Diretor Presidente
CPF 131.***.***.**

Elie Issa El Chidiac
Diretor Financeiro
CPF 704.***.***.**

Mírian Patrícia Amorim
Chefe do Depart. de Contabilidade
CRC 025.033/DF-O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, (“Companhia” ou “NOVACAP”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com ressalva

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão apresentados no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 por R\$ 6.435.470,89. Como procedimento de auditoria, foram realizadas as confirmações de saldos com as instituições financeiras e da análise dos extratos bancários emitidos por essas instituições. Em nossos exames para o período findo em 31 de dezembro de 2021, identificamos por meio das análises citadas anteriormente que os valores de caixa e equivalentes de caixa, perfazem o montante de R\$ 134.506,88. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, informou que o saldo R\$ 6.300.964,01 se trata de valores bloqueados judicialmente, entretanto a documentação apresentada pela Companhia não foi apropriada e suficiente para que pudéssemos opinar sobre o saldo registrado contabilmente de R\$ 6.300.964,01, limitando a nossa opinião sobre o montante apresentado na rubrica de caixa e equivalentes de caixa na data base de 31 de dezembro de 2021. Os possíveis efeitos da impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente são considerados relevantes, mas não generalizados nas demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 16 de março de 2022.

Aderbal Alfonso Hoppe

Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

TATICCA Auditores Independentes S.S. CRC 2SP-03.22.67/O-1

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sessão nº 2.539ª, realizada em 24 de março de 2022.

PROCESSO Nº: 00112-00007132/2022-46

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2021, Processo SEI-GDF nº 00112-00000077/2022-63

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONSAD) da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, tendo em vista o Relatório de Auditoria Independente (Doc. SEI-GDF nº 82219795) e da Auditoria Interna (Doc. SEI-GDF nº 82467855) sobre as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2021, e à vista da opinião favorável emitida pelo Conselho Fiscal (Doc. SEI-GDF nº 82609654), DECIDE: I – APRECIAR, nos termos do art. 18, inc. II, do Estatuto da Novacap, as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2021, conforme os documentos apresentados no Processo SEI/GDF nº 00112-00000077/2022-63; II – RECOMENDAR: a. que a Diretoria Executiva traga ao processo, antes da análise da Assembleia-Geral, os esclarecimentos acerca do atendimento dos pontos de atenção levantados pelo voto relator proferido na apreciação das Contas do exercício de 2020; b. que a Diretoria Executiva alinhe o planejamento da análise das contas com a empresa de Auditoria Independente, de modo que seja oportunizado aos Conselhos Fiscal e de Administração, quando da apreciação das contas, ter acesso a todo o trabalho produzido por essa espécie de auditoria, em especial relatório circunstanciado evidenciando todos os pontos de possíveis falhas, de qualquer grau, bem como sugestões de melhorias baseadas em apontamentos contábeis claros e específicos; e c. que a Auditoria Independente atual se manifeste, sobre a suficiência de recursos documentais e controles subsidiários para a correta e segura confirmação de todos os dados contábeis apresentados. III – DETERMINAR que

a Auditoria Interna promova e acompanhe a solução do problema inerente aos depósitos judiciais, objeto da ressalva nas contas, fazendo relato trimestral ao CONFIS e ao CONSAD sobre o andamento; e IV – ENCAMINHAR este processo, com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2021, para análise e aprovação da Assembleia Geral da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap.

LEONARDO HENRIQUE MUNDIM MORAES OLIVEIRA

Presidente do Conselho de Administração

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE

Conselheiro de Administração

KALINE GONZAGA COSTA

Conselheira de Administração

OSNEI OKUMOTO

Conselheiro de Administração

RAFAEL DE SÁ SAMPAIO

Conselheiro de Administração

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA ALBUQUERQUE

Conselheira de Administração

CINARA MARIA FONSECA DE LIMA

Conselheira de Administração

ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES

Conselheiro de Administração

KAMYLA SILVA TEIXEIRA

Conselheira de Administração

CLEBER MONTEIRO FERNANDES

Conselheiro de Administração

MARIANA MENDES RODRIGUES

Conselheira de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil elaborou as demonstrações contábeis em cumprimento às determinações constantes nos parágrafos 2º e 3º do art. 37 do Estatuto Social aprovado em 27 de julho de 2019.

O Conselho Fiscal, por maioria dos membros, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

Brasília (DF), 23 de março de 2022.

Dirceu Martins Batista Junior

Conselheiro Fiscal – Presidente

Valdetário Andrade Monteiro

Conselheiro Fiscal

Edward Johnson Gonçalves de Abrantes

Conselheiro Fiscal

Mariana Marreco Cerqueira

Conselheira Fiscal

Ronan Pereira Lima

Conselheiro Fiscal